PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM-TO

EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

NOME SOCIAL: 27.617.284 INDRID MOTA DE SOUSA

NOME FANTASIA: *****

CNPJ: 27.617.284/0001-16

ENDEREÇO: RUA QUATRO, S/N, CENTRO, PIUM/TO

OBJETIVO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O MUNICIPIO DE PIUM – TO.

ITEM	UNID.	QUANT. DE KM ESTIMADO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DO KM RODADO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$	MARCA
01	SERV.	55.752 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Onibus/microonibus, com lotação mínima de 44(quarenta e quatro) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 01 – PROJETO DE ASSENTAMENTO MACAUBA A ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ PINTO - 276 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 5,50	R$ 306.636,00	FORD / M. BENZ

Ingrid mota de Sousa

C.P.L.
Fls. 43

Digitalizado com CamScanner

02	SERV.	64.236 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/microonibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. - ROTA 02 – PROJETO DE ASENTAMENTO BARRANCO DO MUNDO A ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO - 318 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 5,50	R$ 353.298,00	FORD / M. BENZ
03	SERV.	54.136 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/microonibus, com lotação mínima de 26 (vinte e seis) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 03 – GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MOURÃO – PROJETO DE ASSENTAMENTO PERICATÚ PROJETO - 268 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 4,90	R$ 265.266,40	FORD / M. BENZ
04	SERV.	52.116 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mín de 44(quarenta e quatro) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel.	R$ 5,50	R$ 286.638,00	FORD / M. BENZ

Ingrid Moto de Sousa

C.P.L. Fls. 44

Digitalizado com CamScanner

			• Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 04 – GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MOURÃO – PROJETO DE ASSENTAMENTO PERICATÚ PROJETO - 258 KM DIA IDA E VOLTA			
05	SERV.	55.348 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 05 - FAZENDA TERRA BRAVIA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA 274 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 4,90	R$ 271.205,20	FORD / M. BENZ
06	SERV.	50.960 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 06 – FAZENDA BOA FORTUNA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA - 248 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 4,90	R$ 249.704,00	FORD / M. BENZ
07	SERV.	48.076 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros	R$ 5,50	R$ 264.418,00	FORD / M. BENZ

Ingrid mota de Sousa

C.P.L.
Fls. 45

Digitalizado com CamScanner

			• Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 07 –ASSENTAMENTO TOLEDO A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO – POVOADO CAFÉ DA ROÇA – 238 KM DIA IDA E VOLTA			
08	SERV.	47.874 KM	• Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 08 – FAZENDA SANTANA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO – POVOADO CAFÉ DA ROÇA – 237 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 4,90	R$ 234.582,60	FORD / M. BENZ
09	SERV.	69.892 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mín de 44(quarenta e quatro) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • Motorista apto ao exercício da função. ROTA 09 – PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTA A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES – 346 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 5,50	R$ 384.406,00	FORD / M. BENZ

C.P.L.
Fls. 46

Ingrid Mota de Sousa

Digitalizado com CamScanner

10	SERV	79.184 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus / VAN, com lotação mínima de 17 (dezessete) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustíveldiesel. • Que atenda todas exigências da normatizaçãodo transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 10 – MORRO PRETO A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES - 392 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 5,50	R$ 435.512,00	FORD / M. BENZ
11	SERV	41.208 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustíveldiesel. • Que atenda todas exigências da normatizaçãodo transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 11 – FAZENDA GAIVOTA A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES - 204 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 5,50	R$ 266.644,00	FORD / M. BENZ
12	SERV	48.800 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustíveldiesel. • Que atenda todas exigências da normatizaçãodo transporte escolar e a legislação nacional de trânsito.	R$ 5,50	R$ 268.400,00	FORD / M. BENZ

Original mal colocado

C.P.L.
Fls. 447

Digitalizado com CamScanner

			ROTA 12 – FAZENDA GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIR MORAES – 244 KM DIA IDA E VOLTA			
13	SERV	35.148 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível disel. • Que atenda todas exigências da normatizaçãodo transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 13 – PROJETO DE ASSENTAMENTO BARRANCO DO MUNDO A ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO - 174 KM DIA IDA E VOLTA	R$ 5,50	R$ 193.314,00	FORD / M. BENZ
VALOR TOTAL				**R$ 3.780.024,20**		

PIUM- TO 21 DE AGOSTO DE 2024

Ingrid mota de Sousa

27.617.284 INGRID MOTA DE SOUSA

CNPJ 27.617.284/0001-16

C.P.L.
Fls. 48

Digitalizado com CamScanner

NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA
FAZ. DOIS IRMÃOS, ZONA RURAL – PIUM/TO
CONTATO (63) 98407-1266

PROPOSTA COMERCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESCOLARES

C.P.L.
Fls. 49

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM-TO

FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE PIUM

A/C. SRA. VERA LUCIA PINTO ALENCAR

SEC. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

ENDEREÇO: AV. DIÓGENES DE BRITO N° 01, SETOR ALTO DA BOA VISTA,

MUNICIPIO E PIUM-TO.

EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

NOME SOCIAL: NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA

NOME FANTASIA: NOVA ROTA TRANSPORTE

CNPJ: 46.223.693/0001-20

ENDEREÇO: FAZENDA DOIS IRMÃOS, ZONA RURAL – PIUM/TO. CEP:

77.570.000

OBJETIVO DA PROPOSTA

O objeto da presente proposta é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA COM SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRANSPORTE DE ALUNOS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE PIUM – TO**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência, os quais integram esta proposta.

NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA
FAZ. DOIS IRMÃOS, ZONA RURAL – PIUM/TO
CONTATO (63) 98407-1266

DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E VALORES

ITEM	UNID.	QUANT. DE KM ESTIMADO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DO KM RODADO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$	MARCA
01	SERV	55.752 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/microonibus, com lotação mínima de 44(quarenta e quatro) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 01 – PROJETO DE ASSENTAMENTO MACAUBA A ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ PINTO - 276 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 5,00	R$ 278.760,00	FORD TRANSIT 350L BUS
02	SERV	64.236 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 02 – PROJETO DE ASENTAMENTO BARRANCO DO MUNDO A ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO - 318 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 5,00	R$ 321.180,00	M. BENZ/INDUS CAR FOZ O LO
03	SERV	54.136 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/microonibus, com lotação mínima de 26 (vinte e seis) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 03 – GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MOURÃO – PROJETO DE ASSENTAMENTO PERICATÚ PROJETO - 268 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 4,40	R$ 238.198,40	VW/COMIL PIA O

C.P.L. Fls. 60

NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA
FAZ. DOIS IRMÃOS, ZONA RURAL – PIUM/TO
CONTATO (63) 98407-1266

04	SERV	52.116 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 44(quarenta e quatro) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 04 – GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MOURÃO – PROJETO DE ASSENTAMENTO PERICATÚ PROJETO - 258 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 5,00	R$ 260.580,00	M. BENZ/ NEOBUS THUNDER LO
05	SERV	55.348 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 05 - FAZENDA TERRA BRAVIA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA - 274 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 4,40	R$ 243.531,20	VW/KOMBI
06	SERV	50.960 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 06 – FAZENDA BOA FORTUNA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO – POVOADO CAFÉ DA ROÇA - 248 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 4,40	R$ 220.422,40	M. BENZ/ INDUSCAR LO 915/48
07	SERV.	48.076 KM.	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito.	R$ 5,00	R$ 240.380,00	VOLKS/COMIL SVELATO O

C.P.L.
Fls. 51

NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA
FAZ. DOIS IRMÃOS, ZONA RURAL – PIUM/TO
CONTATO (63) 98407-1266

			ROTA 07 –ASSENTAMENTO TOLEDO A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA - 238 KM DIA IDA E VOLTA			
08	SERV	47.874 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 08 – FAZENDA SANTANA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA - 237 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 4,40	R$ 210.645,60	VOLKS/BUSSCAR MICRUSS O.
09	SERV	69.892 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 44(quarenta e quatro) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • Motorista apto ao exercício da função. **ROTA 09 – PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTA A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES - 346 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 5,00	349.460,00	M. BENZ / OF 1418 NEOBUS MEGA
10	SERV	79.184 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus / VAN, com lotação mínima de 17 (dezessete) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 10 – MORRO PRETO A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES - 392 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 5,0	R$ 395.920,00	I/FORD TRANSIT 350 L BUS
11	SERV	41.208 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros	R$ 5,00	R$ 206.040,00	I/FORD TRANSIT 350 L BUS

C.P.L.
Fls. 52

NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA
FAZ. DOIS IRMÃOS, ZONA RURAL – PIUM/TO
CONTATO (63) 98407-1266

			• Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 11 – FAZENDA GAIVOTA A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES - 204 KM DIA IDA E VOLTA**			
12	SERV	48.800	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustíveldiesel. • Que atenda todas exigências da normatizaçãodo transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 12 – FAZENDA GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIR MORAES – 244 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 5,00	R$ 244.000,00	VW / KOMBI
13	SERV	35.148 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. **ROTA 13 – PROJETO DE ASSENTAMENTO BARRANCO DO MUNDO A ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO - 174 KM DIA IDA E VOLTA**	R$ 5,00	R$ 175.740,00	VW/KOMBI
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**R$ 3.384.857,60**		

NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA:46223693000182
Assinado de forma digital por NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA:46223693000182
Dados: 2024.08.21 16:33:44 -03'00'

Pium – TO, 21 de agosto de 2024

NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA
46.223.693/0001-20

C.P.L. Fls. 53

C.P.L
Fls. 54
FOLHA
Rúbrica

Detalhamento de Processo

Unidade Gestora:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE SILVANOPOLIS

CNPJ: 27.343.729/0001-17

Dados da Licitação

Processo: 1240/2024
Tipo | Modalidade: Dispensa
Nº da Portaria: 72/2024
Valor estimado: R$ 44.580,80
DT. Abertura: --- / **Cadastro em:** 04/06/2024
É Concurso Público ?: Não
Data de Publicação da Portaria: 09/04/2024
Justificativa: CONTRATAÃ□Ã□O EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□OS DE ROTA ESCOLAR, PARA TRANSPORTAR OS ALUNOS DA REDE PÃ□BLICA DE ENSINO, NO MUNICIPIO DE SILVANÃ□POLIS TO, NAS ROTAS DENOMINADAS34 ROTAS BANDEIRAS 34ROTAS IPUEIRAS34 34LAMARÃ□O II34 GUE GUEVARA34 34ROTA GUARÃ□34, CONFORME ESPECIFICAÃ□Ã□ES. OBRIGAÃ□Ã□ES E INFORMAÃ□Ã□ES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÃ□NCIA
Texto da lei: Art. 75, Inciso VIII , Lei 14.133 - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste Inciso
Descrição do Objeto: CONTRATAÃ□Ã□O EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□OS DE ROTA ESCOLAR, PARA TRANSPORTAR OS ALUNOS DA REDE PÃ□BLICA DE ENSINO, NO MUNICIPIO DE SILVANÃ□POLIS - TO, NAS ROTAS DENOMINADAS34 ROTAS BANDEIRAS 34ROTAS IPUEIRAS34 34LAMARÃ□O II34 GUE GUEVARA34 34ROTA GUARÃ□34, CONFORME ESPECIFICAÃ□Ã□ES. OBRIGAÃ□Ã□ES E INFORMAÃ□Ã□ES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÃ□NCIA

Unidades Participantes

Unidade

Classificação Orçamentária

Orgão	Unid. Orçamentária	Função	Sub-Função	Programa	Projeto
06	06	12	361	0619	2097

Classificação da Despesa

3.3.90.39]

C.P.L.
Fls. 65

FOLHA 018
Rubrica

Fonte de Recurso

15001001000000]

Forma de Publicação

Forma	Tipo	Publicado em	Complemento
Diário Oficial	Publicação	15/05/2024	PUBLICADO

Assinaturas 1ª Fase

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Não	-		
Responsável	Sim	ELLEM KRISTINA PEREIRA GOMES ROSAL	04/06/2024	Recibo
Pregoeiro	Não	-		
Presidente CPL	Não	-		

Convênio

Não existem convênios cadastrados neste processo

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Dispensa/Inexigibilidade	Ato de Dispensa ou Inexigibilidade assinado pela autoridade superior	04/06/2024	decreto
Dispensa/Inexigibilidade	Fundamentação legal e justificativa da dispensa ou inexigibilidade	04/06/2024	JUSTIFICATIVA DE PREVO
Dispensa/Inexigibilidade	Justificativa da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço	04/06/2024	JUSTIFICATIVA EMERGENCIAL
Dispensa/Inexigibilidade	Parecer Jurídico	04/06/2024	PARECER JURIDICO

C.P.L.
Fls. 56

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	ATO DECLARATORIO
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	ATUAYYO
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	DEC DISP FINANCEIRA
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	DECLARAYYO ORYAMENTARIA
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	DESPACHO
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	justificativa
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	MINUTA
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	PARECER TECNICO
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	PROTOCOLO SOLICITAYAO
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	TERMO DE REFERENCIA
Dispensa/Inexigibilidade	Comprovação de publicação	04/06/2024	PUBLICAYYO DE DECRETO
Situação da Licitação	Proposta (s) da (s) empresa (s) vencedora (s)	04/06/2024	ORYAMENTO
Situação da Licitação	Comprovação da regularidade fiscal, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo Serviço (FGTS); da (s) Empresa (s) vencedora (s)	04/06/2024	FGTS FOLHA 019 Rúbrica
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	habilitaYYo
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	DEMONSTRATIVO DE PREYO
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	04/06/2024	habilitaYYo
Contrato	Instrumento Contratual *	04/06/2024	CONTRATO
Contrato	Comprovação de publicação do extrato do contrato	04/06/2024	EXTRATO DE CONTRATO
Termo Aditivo	Termo Aditivo, se for o caso	18/07/2024	TERMO ADITIVO

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Termo Aditivo	Publicação do Termo Aditivo, se for o caso	18/07/2024	PUBLICAYYO DE TERMO ADITIVO
Termo Aditivo	Documento de solicitação de Aditivo	18/07/2024	OFICIO SOLICITAYYO
Termo Aditivo	Parecer jurídico sobre o Termo Aditivo, se for o caso	18/07/2024	PARECER JURIDICO
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	AUTUAYYO
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	CNDS
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	DECL ORYAMENTARIA
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	DECRETO
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	DESPACHO
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	DISP FINANCEIRA
Termo Aditivo	Justificativa técnica para celebração do Termo Aditivo, se se for o caso	18/07/2024	JUSTIFICATIVA
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	MINUTA DE TERMO ADITIVO
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	OFICIO RESPOSTA
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	PARECER TECNICO
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	PROPOSTAS
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	SOLICITAYYO
Contrato	Outros documentos pertinentes	18/07/2024	ORDEM DE SERVIYO

C.P.L.
Fls. 52

FOLHA 080
Rubrica

Situação

Situação	Data	Justificativa
Homologada	09/04/2024	APÓS DEVIDAS PUBLICIDADES DO CERTAME, PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS E PREÇOS DENTRO DO ESTIMADO , SEGUE HOMOLOGADA CONFORME DETERMINA A LEI

Licitantes

CNPJ / CPF	Razão Social	Status	Contato
38.090.360/0001-02	FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA	**NÃO está no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**	

C.P.L.
Fls. 58

Detalhes: 1º Instrumento de Contrato

Número/Ano: 30 / 2024
Vigência: 09/04/2024 a 09/05/2024
Contrato Origem: 0 /
Data Publicação: 09/04/2024
Data Assinatura: 09/04/2024
Valor: R$ 44.580,80
Class./Despesa: 3.3.90.39
Class./SubItem: 39

FOLHA 081
Rubrica

Unidade Organizadora: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE SILVANÓPOLIS
Número de Execução Contábil: 30
Contratado: FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA
Descrição do Objeto: INSTRUMENTO CONTRATUAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÃ□Ã□O DE SILVANÃ□POLIS E A EMPRESA FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA, PARA CONTRATAÃ□Ã□O DE EMPRESA PARA PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□O DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA TRANSPORTAR OS ALUNOS DA REDE PÃ□BLICA DE ENSINO, NO MUNICIPIO DE SILVANÃ□POLIS - TO, DURANTE OS DIAS LETIVOS DO ANO 2024, NAS ROTAS DENOMIDADAS ROTAS BANDEIRAS 34ROTAS IPUEIRAS34 34LAMARÃ□O II34 GUE GUEVARA34 ROTA GUARÃ□, CONFORME 69 ESPECIFICAÃ□Ã□ES, OBRIGAÃ□Ã□ES E INFORMAÃ□Ã□ES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÃ□NCIA CONTIDA ANEXO

Situação: Em execução **- Justificativa:**INSTRUMENTO CONTRATUAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÃ□Ã□O DE SILVANÃ□POLIS E A EMPRESA FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA, PARA CONTRATAÃ□Ã□O DE EMPRESA PARA PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□O DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA TRANSPORTAR OS ALUNOS DA REDE PÃ□BLICA DE ENSINO, NO MUNICIPIO DE SILVANÃ□POLIS - TO, DURANTE OS DIAS LETIVOS DO ANO 2024, NAS ROTAS DENOMIDADAS ROTAS BANDEIRAS 34ROTAS IPUEIRAS34 34LAMARÃ□O II34 GUE GUEVARA34 ROTA GUARÃ□, CONFORME 69 ESPECIFICAÃ□Ã□ES, OBRIGAÃ□Ã□ES E INFORMAÃ□Ã□ES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÃ□NCIA CONTIDA ANEXO

Assinaturas 1º Contrato

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Não			-
Responsável	Sim	ELLEM KRISTINA PEREIRA GOMES ROSAL	18/07/2024	Recibo
Pregoeiro	Não			-
Responsável por Contrato	Não			-
Presidente CPL	Não			-

Termo(s) Aditivo(s)

Aditivo Nº 1
Data Assinatura: 09/05/2024
Tipo: Aditivo de Prazo

Valor Aditivado: R$ 0,00
Prazo Aditivado: 135 dias
Data Publicação 17/07/2024
Justificativa: PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO N 0302024, DISPENSA EMERGENCIAL, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SILVANÓPOLIS TO E A EMPRESA - FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA

C.P.L.
Fls. 59

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Não	---	---	
Responsável Autorizado	Sim	ELLEM KRISTINA PEREIRA GOMES ROSAL	31/07/2024	Recibo
Pregoeiro	Não	---	---	
Presidente CPL	Não	---	---	
Responsável por Contrato	Não	---	---	

Valor TOTAL ADITIVADO R$ 0,00

FOLHA 080
Rubrica

Apostilamento(s)

Valor APOSTILADO: R$ 0,00

Não existem Apostilamentos cadastrados neste processo.

Não existe(m) Obra(s) cadastrada(s) neste processo.

Docu
ment

C.P.L.
Fls. 60

PROPOSTA DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE VÉICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR

DE: Gilson Pereira Amaral - ME
Monte do Carmo - TO

PARA: Fundo Municipal de Educação de Silvanópolis
Av. Francisco Guimarães, S/Nº, centro – CEP: 77.580.000
CNPJ 27.343.729/0001-17
Silvanópolis – TO

FOLHA 083
Rubrica

Item	Rota	Km/dia	Valor por Km	Km total (80 dias)	Valor total
01	Bandeira	68 km/dia	R$ 6,70	5.440km	R$ 36.448,00
02	Ipueiras	128 km/dia	R$ 6,70	10.240km	R$ 68.608,00

Valor total: 105.056,00

Esta proposta tem validade de 60 dias.

Monte do Carmo – TO, 06 de maio de 2024.

Gilson Pereira Amaral

GILSON PEREIRA AMARAL - ME
CNPJ 43.326.019/0001-35

LJ FENIX

CPL
Fls 61

Silvanópolis/TO, 06 de maio de 2024.

Proponente: **L J DE SOUSA LTDA**
CNPJ/MF: **42.142.972/0001-60**
Sede: **Av. Caetano Guimarães, nº 850, QD. 52, LT. 05, SL. 01, Centro – CEP: 77.580-000**
Município: **Silvanópolis/TO.**
E-mail: **lj.desousa042@gmail.com**

PARA: Fundo Municipal de Educação de Silvanópolis
AV. Francisco Guimarães, S/Nº, centro – CEP: 77.580.000
CNPJ 27.343.729/0001-17
Silvanópolis – TO

FOLHA 080
Rubrica

PROPOSTA DE PREÇO

Prezados Senhores, segue abaixo os valores relativos a possível contratação de serviços a serem prestados:

QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

ITEM	QTD	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	V. TOTAL ESTIMADO
01	01	Serviços	Locação de 01 veículo, para o transporte escolar na rota Bandeira, com 68 km por dia, pelo período de 80 dias, sendo o valor por km de 6,90. O veículo deve ter capacidade para no mínimo 20 pessoas.	R$ 37.536,00
01	01	Serviços	Locação de 01 veículo, para o transporte escolar na rota Ipueiras, com 128km por dia, pelo período de 80 dias, sendo o valor por km de 6,90. O veículo deve ter capacidade para no mínimo 20 pessoas.	R$ 70.656,00

Valor total: 108.192,0

Proposta tem prazo de 60 dias.

Atenciosamente,

Lucas Jorge de Sousa
Diretor Administrativo
CNPJ/MF: 42.142.972/0001-60

C.P.L.
Fls. 62

FOLHA 035
Rubrica

Proposta de preço

PARA: Fundo Municipal de Educação de Silvanópolis
Av. Francisco Guimarães, S/Nº, centro – CEP: 77.580.000
CNPJ 27.343.729/0001-17
Silvanópolis – TO

Dados da empresa:
Razão Social: J M T CONSULTORIA PROJETOS E LOCACOES LTDA
CNPJ (MF) nº: 34.899.523/0001-33
Inscrição municipal: 2017830591
Endereço: AV RUA ANTONIO AIRES PRIMO, QUADRA10 LOTE 06
Fone: (63) 8479-2021
CEP: 77.500-0000 Porto Nacional/TO

Propostas:

Rota Bandeira

Especificação de serviço: Locação de 01 veículo, para o transporteescolar na rota Bandeira, com 68 km por dia, pelo período de 80 dias letivos, sendo o valor por km de R$7,00.

Valor total do serviço: R$: 38.080,00

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

Rota Ipueiras

Especificação de serviço: Locação de 01 veículo, para o transporte escolar na rota Ipueiras, com 128km por dia, pelo período de 80dias, sendo o valor por km de R$7,00.

Valor total do serviço: R$: 71.680,00

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

Valor total: 109.760,00

Porto Nacional - TO, 06 de maio de 2024.

Atenciosamente,

JMT consultoria e locação
CNPJ: 34.899.523/0001-33
Mateus Ribeiro de Barros
CPF 033.883.931-33

Folha:
Ass.

C.P.L.
Fls. 63

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SILVANÓPOLIS - TO

CONTRATO Nº 030/2024

FOLHA 086
Rubrica

Instrumento contratual, que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SILVANÓPOLIS** e a empresa **FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA TRANSPORTAR OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, NO MUNICIPIO DE SILVANÓPOLIS – TO, DURANTE OS DIAS LETIVOS DO ANO 2024, NAS ROTAS DENOMIDADAS " ROTAS BANDEIRAS "ROTAS IPUEIRAS" "LAMARÃO II" GUE GUEVARA" " ROTA GUARÁ", CONFORME ESPECIFICAÇÕES, OBRIGAÇÕES E INFORMAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA CONTIDA ANEXO**, mediante as cláusulas e condições doravante produzias neste instrumento.

O Fundo Municipal de Educação, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Silvanópolis, Estado do Tocantins, à: Avenida Francisco Guimarães, s/n, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.343.729/0001-17, neste ato representado pela sua gestora a **Sra. Ediane Gonçalves Reis de Carvalho**, residente e domiciliado em Silvanópolis – TO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF nº 38.090.360/0001-02**, estabelecida na R. Bela Vista, nº 59, CEP: 68.473-000, Vale do Sol II, Novo Repartimento – PA, neste ato representada pelo Sr. **ROMULO SALDANHA BARBOSA**, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente instrumento, para fornecimento dos serviços abaixo relacionado, a serem realizados na forma de execução direta, mediante os termos e condições a seguir:

[redacted]

1.1 O presente contrato reger-se-á nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abri de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) e demais leis aplicáveis e disposições constantes no termo de referência.
1.2 Independentemente de transcrição passam a fazer parte deste Contrato, e a ele se integram em todas as cláusulas, termos e condições aqui não expressamente alterados, o Processo Administrativos nº 1240/2024 e seus anexos, e a proposta da **CONTRATADA**.

[redacted]

FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA:38090360000102
Assinado de forma digital por FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA:38090360000102 Dados: 2024.04.09 16:50:33 -03'00'

2.1 O presente contrato tem por objeto o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROTA ESCOLAR, PARA TRANSPORTAR OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE SILVANÓPOLIS – TO, NAS ROTAS DENOMINADAS " ROTAS BANDEIRAS "ROTAS IPUEIRAS" "LAMARÃO II". GUE GUEVARA" " ROTA GUARÁ", CONFORME ESPECIFICAÇÕES, OBRIGAÇÕES E INFORMAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA**, em conformidade com as especificações, obrigações e informações constantes do Termo de Referência em anexo ao Processo Administrativos nº 1240/2024.

[redacted]

3.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data da assinatura do contrato e encerramento em 09/05/2024, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, em conformidade com o disposto no Inciso VIII, do Art. 75 da Lei Federal nº 14.1333, de 01 de abril de 2021.

[redacted]

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

[redacted]

5.1 Dos itens registrados.

Item	Descrição	Alunos	Dias letivos/ semana	Km dia	Km ano	V. unit.	V.total
1	ROTA BANDEIRA - LOCAÇÃO DE 1(UM) VEICULO - rota Sec. Educação, Faz. Bandeira01, Faz. Bandeira 02, Faz. Bandeira 03, Faz. Caracol, Chácara São Miguel, Chácara Nova Gloria, Faz Boa Esperança, CMEI, Esc. Mun. Lucas P. Almeida, Col. Est. Joao Da Silva Guimarães. Veículo com	14 alunos	22 dias	68	1.496	RS 6,50	RS 9.724,00

FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA
Assinado de forma digital por FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA

	capacidade para 15 passageiros (sendo 14 alunos e 1 motorista)						
2	**ROTA IPUEIRAS - LOCAÇÃO DE 1(UM) VEICULO -** rota Sec. Educação, Faz. São Pedro, Faz. Boca Calada, Faz São Bento, Chácara Santa Cruz, Faz Novo Sitio, Faz Poção, CMEI, Esc. Mun. Bertulino De Souza, Com. Esc. Joanita De Souza, Est. Joao Da Silva Guimarães. Veículo com capacidade para 19 passageiros (sendo 18 alunos e 1 motorista)	18 Alunos	22 dias	128	2.816	R$ 6,50	R$ 18.304,00
3	**ROTA LAMARÃO II -LOCAÇÃO DE 1(UM) VEICULO -** rota Sec. Mun. de educação, Faz. Cabeceira grande 1, Fazenda cabeceira grande 2, Fazenda cabeceira grande 3 Fazenda 5 Estrelas, Faz. Recreio. CMEI, Esc. Mun. Lucas Pinto de Almeida, Col. Est. Joao da Silva Guimarães. Veículo com capacidade para 9 passageiros (sendo 8 alunos e 1 motorista	8 Alunos	22 dias	152	3.344	R$ 4,95	R$ 16.552,80
VALOR TOTAL: R$ 44.580,80							

FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA:38090360000102

Assinado de forma digital por FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA:38090360000102 Dados: 2024.04.09 15:52:06 -03'00'

5.2 Valor Global da referida prestação dos serviços é de **R$ R$ 44.580,80 (quarenta e quatro mil quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos).**

5.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

5.4 O **CONTRATANTE** se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade dos recursos previstos.

5.5 A dotação orçamentária prevista em lei aprovada para custeio da despesa será a seguinte:

Dotação Orçamentária: 06.1.12.361.619.2.097; 06.01.12.361.0619.2.098; 06.01.12.361.0619.2.099; 06.01.12.122.0616.2.123; 06.01.12.361.0620.2.101
Elemento de Despesa: 3.3.90.39
Fonte de Recurso: 1.500.1001.00000; 1.553.0000.0000; 1.571.0000.0000; 1.550.0000.00000; 1.540.0000.00000
Ficha: 536; 539;542;512;561

[redacted]

5.1 O pagamento à licitante vencedora será efetuado mensalmente, após a prestação do serviço e condições fixadas previamente no respectiva Dispensa de Licitação, mediante apresentação de Nota Fiscal, que será emitida ao final de cada mês, onde serão conferidas e atestadas pelo fiscal de contrato do Fundo Municipal da Educação de Silvanópolis – TO.

5.2 O prazo máximo para a efetivação do pagamento será em até **30 (trinta) dias** após o Atesto do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela licitante vencedora.

5.3 O período mínimo de faturamento será de **30 (trinta dias) dias**, após os serviços, em conformidade com as solicitações da Contratante.

5.4 As notas fiscais deverão ser apresentadas pela Contratada contendo, no mínimo, as seguintes informações: mês de referência, rota realizada, período de execução do serviço, valor unitário e valor total da quilometragem.

5.5 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente a liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.6 É condição para o pagamento a apresentação de prova de regularidade de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Débitos Estaduais; Débito Municipal; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.7 As notas fiscais deverão ser apresentadas pela Contratada contendo, no mínimo, as seguintes informações: mês de referência, rota realizada, período de execução do serviço, valor unitário e valor total da quilometragem.

[redacted]

6.1 E de obrigação por parte da **CONTRATADA.**

6.1.1 A contratada, além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/21, obriga-se a:

a) Fornece todo o objeto solicitado em conformidade com os prazos determinados, devendo comunicar por escrito a fiscalização do contrato qualquer caso de força maior que justifique o atraso no fornecimento.
b) Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.
c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
d) Emitir notas fiscais correspondentes a cada empenho de despesa e após cada fornecimento, acompanhada de todas as CNDs.
e) Responsabilizar-se integralmente pela garantia da qualidade serviço fornecido, sob pena das sanções cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.
f) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo Referência.
g) Disponibilizar os veículos imediatamente, após o recebimento da nota de empenho, nos locais e horários fixados pela contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme estabelecido;
h) Responsabilizar pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, entendendo-se como preventivas aquelas constantes e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória;
i) Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco de uso, ou quando desgastados;
j) Disponibilizar os veículos com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente (estepe, chave de roda, macaco e etc.);
k) Responsabilizar por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, Seguro obrigatório e Taxa de emplacamento, Licenciamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da contratante;
l) Autorizar a contratante a colocar nos veículos adesivos com logotipo;
m) Manter as documentações dos veículos em ordem;
n) Manter inalterados os preços e condições da proposta pelo período de no mínimo 01 (um) ano;
o) Lançar na nota fiscal as especificações dos serviços, de modo idêntico aqueles constantes no objeto na dispensa de licitçaõ e na proposta;
p) Permitir, a qualquer tempo, a realização de inspeção nos veículos colocados à disposição da secretaria solicitante, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, segurança e limpeza;
q) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, sociais e previdenciários, em caso de funcionários da contratada;
r) Assumir, objetivamente, a inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntário ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para execução do

objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos às secretarias participantes, ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios;

s) Terá que disponibilizar a manutenção, reparos, motorista, e demais demandas decorrentes do contrato.
t) O veículo deverá ser recolhido diariamente na garagem central todo final de expediente, inclusive nos finais de semanas e feriados. Ficando os veículos disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante toda a vigência do contrato a disposição dos órgãos solicitantes.
u) Assumir a responsabilidade pelos custos e despesas decorrentes de licenças, tributos, taxas, fretes, emolumentos, encargos fiscais e comerciais resultantes dessa contratação e mais outras despesas diretas e indiretas de qualquer natureza, que incidam sobre os custos do objeto.
v) Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei.
w) Fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do TEM, cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do Trabalho, bem como observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção contra incêndios, recomendadas por Lei.

6.2 E de reponsabilidade por parte da **CONTRATANTE**.

6.2.1 A contratante, além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal n° 14.133/21, obriga-se a:

a) Requisitar o fornecimento do objeto na forma prevista neste Termo de Referência.
b) Expedir a Nota de Empenho;
c) Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação.
d) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
e) Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
f) Promover o acompanhamento e fiscalização do contrato, por meio de servidor público designado para esse fim de acordo com o Art. 117 da Lei Federal n° 14.133/21, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do mesmo.
g) Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos Artigos 155 e 156 da Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação em vigor.
h) Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
i) Assegurar que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais postos de abastecimento de forma a garantir que aqueles continuem os mais vantajosos para a administração pública.

[redacted]

7.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato e ao Edital da Dispensa Emergencial nº 001/2024 SME.

[redacted]

8.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

8.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

8.1.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

8.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

[redacted]

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato Inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional

9.14 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

9.14.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

c) A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD), quando aplicável ao objeto.

d) A CONTRATADA não pode obter, capturar, copiar ou transferir qualquer tipo informação de propriedade do Ministério, sem autorização.
Caso aplicável, a propriedade intelectual e os direitos autorais dos dados e informações armazenados nos bancos de dados da contratante, hospedados na contratada, e qualquer tipo de trabalho relacionado às demandas da contratante, serão de sua titularidade. A contratada deve-se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados ou informações, salvo se expressamente autorizado pela contratante.

[redacted]

10.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

[redacted]

FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS

11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

13.1 Fica eleito o Foro de Porto Nacional – TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Silvanópolis – TO, 09 de abril de 2024.

FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA:38090360000102

Assinado de forma digital por FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA:38090360000102
Dados: 2024.04.09 16:55:21 -03'00'

EDIANE GONÇALVES REIS DE CARVALHO
Gestora Do Fundo Municipal De Educação
Contratante

FENIX CONSTRUCOES E LOCACOES DE MAQUINAS LTDA
CNPJ/MF nº 38.090.360/0001-02
Contratada

Testemunhas: Maria Divina G. Pinto
CPF: 022 513 151 09

Testemunhas: Edivan F da Costa
CPF: 038880471135

FOLHA 095

Rubrica

C.P.L.
Fls. 72

Detalhamento de Processo

Unidade Gestora:

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE RECURSOLÂNDIA

CNPJ: 31.527.553/0001-20

Dados da Licitação

Processo: 279/2024
Tipo | Modalidade: Dispensa
Nº da Portaria: 0428/2024
Valor estimado: R$ 53.949,00
DT. Abertura: - - - / **Cadastro em:** 03/04/2024
É Concurso Público ?: Não
Data de Publicação da Portaria: 21/03/2024
Justificativa: CONTRATAçãO DE PESSOA JURIDICA PARA LOCAçãO DE VEICULOS NOVOS EOU USADOS, COM MOTORISTA, COMBUSTIVEL, MANUTENçãO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE 22 DIAS LETIVOS, DOS ALUNOS DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME CALENDáRIO ESCOLAR ESTABELECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAçãO DO MUNICIPIO DE RECURSOLâNDIATO.
Texto da lei: Art. 75, Inciso II , Lei 14.133 - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras
Descrição do Objeto: CONTRATAçãO DE PESSOA JURIDICA PARA LOCAçãO DE VEICULOS NOVOS EOU USADOS, COM MOTORISTA, COMBUSTIVEL, MANUTENçãO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE 22 DIAS LETIVOS, DOS ALUNOS DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME CALENDáRIO ESCOLAR ESTABELECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAçãO DO MUNICIPIO DE RECURSOLâNDIATO.

Unidades Participantes

Unidade

Classificação Orçamentária

Orgão	Unid. Orçamentária	Função	Sub-Função	Programa	Projeto
05	05	12	361	1208	2020

Classificação da Despesa

3.3.90.39 |

Fonte de Recurso

15000000000000 |

FOLHA 096
Rubrica
C.P.L.
Fls. 43

Forma de Publicação

Forma	Tipo	Publicado em	Complemento
Diário Oficial	Publicação	21/03/2024	DIARIO OFICIAL ELETRONICO

Assinaturas 1ª Fase

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Sim	YBSEN RICARDO DE ARAUJO FEITOSA	09/04/2024	Recibo
Responsável	Sim	DANIEL SILVA CARNEIRO	09/04/2024	Recibo
Pregoeiro	Não			
Presidente CPL	Não			

Convênio

Não existem convênios cadastrados neste processo

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Dispensa/Inexigibilidade	Ato de Dispensa ou Inexigibilidade assinado pela autoridade superior	09/04/2024	ATO DE DISPENSA
Dispensa/Inexigibilidade	Parecer Jurídico	09/04/2024	PARECER JURIDICO
Dispensa/Inexigibilidade	Comprovação de publicação	09/04/2024	PUBLICAYYO NO DIARIO OFICIAL
Situação da Licitação	Proposta (s) da (s) empresa (s) vencedora (s)	09/04/2024	SOLICITAYYES DE ORYAMENTO

C.P.L. Fls. 34

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Situação da Licitação	Comprovação da regularidade fiscal, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo Serviço (FGTS); da (s) Empresa (s) vencedora (s)	09/04/2024	CERTIDYES DE REGULARIDADE
Situação da Licitação	Termo de Adjudicação FOLHA 009 Rubrica	09/04/2024	TERMO DE ADJUDCAYYO
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	09/04/2024	PORTARIA ASSINADA
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	09/04/2024	ESTUDO TECNICO ETP
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	09/04/2024	TERMO DE REFERENCIA
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	09/04/2024	MAPA VersaoImpressao
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	09/04/2024	MAPA VersaoImpressao
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	09/04/2024	MAPA VersaoImpressao
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	09/04/2024	MAPA VersaoImpressao
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	09/04/2024	MAPA VersaoImpressao
Contrato	Instrumento Contratual *	09/04/2024	CONTRATO
Contrato	Nota de empenho *	09/04/2024	NOTA DE EMPENHO

Situação

CPL
Fls. 75
FOLHA 098
Rubrica

Situação	Data	Justificativa
Adjudicado	02/03/2024	JUSTIFICASE A CONTRATAçãO DE SERVIçOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA GARANTIR O DIREITO FUNDAMENTAL à EDUCAçãO DAS CRIANçAS E ADOLESCENTES MATRICULADOS NA REDE PúBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, MEDIANTE A PROMOçãO DE CONDIç??ES DE ACESSO E PERMANêNCIA DOS ESTUDANTES, QUE NECESSITAM DOS PROGRAMAS PúBLICOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA SEREM CONDUZIDOS ATé AS UNIDADES ESCOLARES, BEM COMO RETORNAR A SUAS RESIDêNCIAS. POR ISSO, é CONSIDERADO QUE A LOCAçãO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR é UM SERVIçO DE NATUREZA CONTINUADA QUE NãO SE PODE SER INTERROMPIDO, SOB PENA DO COMPROMETIMENTO DO APRENDIZADO DOS ALUNOS QUE, POR HABITAREM EM REGI??ES DISTANTES DA UNIDADE ESCOLAR, ENFRENTAM NO SEU DIA A DIA DIFICULDADES DE LOCOMOçãO PARA SE CHEGAR ATé O CENTRO DE ENSINO. A MESMA, OBJETIVA ATENDER DISPOSITIVO LEGAR QUE RESPALDE A CONTRATAçãO DIRETA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAçãO DE VEICULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER A PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA CONDUçãO DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NAS SUAS RESPECTIVAS ESCOLAS DA ZONA RURAL E SE DO MUNICIPIO DE RECURSOLâNDIA, PARA O ANO LETIVO DE 2023. VALE RESSALTAR QUE, O RISCO PELA A NãO PODERá CAUSAR PREJUIZO DIRETO AOS ALUNOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE FICARãO SEM FREQUENTAR A ESCOLAR PELA A FALTA DO TRANSPORTE ESCOLAR, HAJA VISTA QUE A é CONSTITUCIONALMENTE PRIORIDADE PARA ADMINISTRAçãO PúBLICA, ONDE NãO CABE QUALQUER OMISSãO QUE POSSA PREJUDICAR SEU REGULAR FUNCIONAMENTO.

Licitantes

CNPJ / CPF	Razão Social	Status	Contato
26.153.269/0001-00	TRANS MISSOES TRANSPORTES EIRELI	NÃO está no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS	63 3313-1999
48.776.302/0001-82	A L PINHEIRO TRANSPORTES LTDA	NÃO está no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS	63
53.191.189/0001-03	C M PEREIRA LTDA	NÃO está no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS	63

Detalhes: 1º Instrumento de Contrato

Número/Ano: 279 / 2024
Vigência: 21/02/2024 a 21/02/2024
Contrato Origem: 0 /
Data Publicação: 21/03/2024
Data Assinatura: 21/02/2024
Valor: R$ 53.949,00
Class./Despesa: 3.3.90.39
Class./SubItem: 14

Unidade Organizadora: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE RECURSOLâNDIA
Número de Execução Contábil: 279
Contratado: C M PEREIRA LTDA
Descrição do Objeto: CONTRATAÃ§Ã£O DE PESSOA JURíDICA PARA LOCAÃ§Ã£O DE VEÃCULOS NOVOS EOU USADOS, COM MOTORISTA, COMBUSTíVEL, MANUTENÃ§Ã£O DE PEÃ§AS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE 22 DIAS LETIVOS, DOS ALUNOS DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME CALENDÃ¡RIO ESCOLAR ESTABELECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÃ§Ã£O DO MUNICíPIO DE RECURSOLÃ¢NDIATO.

Situação: Em execução - **Justificativa:** CONTRATAÃ§Ã£O DE PESSOA JURíDICA PARA LOCAÃ§Ã£O DE VEÃCULOS NOVOS EOU USADOS, COM MOTORISTA, COMBUSTíVEL, MANUTENÃ§Ã£O DE PEÃ§AS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE 22 DIAS LETIVOS, DOS ALUNOS DA ZONA RURAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME CALENDÃ¡RIO ESCOLAR ESTABELECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÃ§Ã£O DO MUNICíPIO DE RECURSOLÃ¢NDIATO.

C.P.L.
FLS. 96

Assinaturas 1º Contrato

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Sim	YBSEN RICARDO DE ARAUJO FEITOSA	09/04/2024	Recibo
Responsável	Sim	DANIEL SILVA CARNEIRO	09/04/2024	Recibo
Pregoeiro	Não			
Responsável por Contrato	Não			
Presidente CPL	Não			

FOLHA 099
Rubrica

Termo(s) Aditivo(s)

Não existem Termos Aditivos cadastrados neste processo.

Valor TOTAL ADITIVADO R$ 0,00

Apostilamento(s)

Não existem Apostilamentos cadastrados neste processo.

Não existe(m) Obra(s) cadastrada(s) neste processo.

Solicitação de Orçamento

C.P.L.
Fls 27

Prezado (a),

Solicitamos de vossa senhoria o orçamento, de Material/Serviços conforme descrição abaixo, em papel timbrado da empresa (ou este devidamente preenchido por vossa empresa), para darmos continuidade na tramitação para aquisição de bens/ contratar os serviços abaixo citados.

Informamos, outrossim, que sua empresa pode enviar as propostas por e-mail: <email>, preenchendo todos os dados da empresa para posteriores contatos.

NUMERO DO PROCESSO 279/2024

Nº Telefone Departamentos de compras: <telefone>

Prazo de Execução dos serviços/Entrega dos produtos: 22 DIAS

Prazo de Pagamento: 5 DIAS

Dados da empresa proponente

Razão social: C.M.PEREIRA LTDA

CNPJ: 53.191.189/0001-03

Inscrição esta

Endereço: RUA JOSE TAVARES DA SILVA S/N, CENTRO.

Telefone: 63 99293-6032

Pessoa para c CICERA MARICLEGIA PEREIRA

E-mail AUTOCENTERDECISAO@GMAIL.COM

FOLHA 300

Rubrica

OBS.: FAVOR COTAR PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA

Planilha dos itens:

Nº do Item	Unid.	Qtd.	Descrição	VALOR KM	Valor Unitário	Valor Total
1	SV	1,0000	ROTA DOIS IRMÃO - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 21 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA/ FAZENDA DOIS IRMÃO 88,92 KM DE IDA E VOLTA.	6,54	12.809,00	12.809,00
2	SV	1,000	ROTA FAZENDA GOLD/ FAZENDA BOA ESPERANÇA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 15 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA FAZENDA GOLD/ FAZENDA BOA ESPERANÇA 81,68 KM DE IDA E VOLTA.	6,54	11.752,00	11.752,00
3	SV	1,000	ROTA FAZENDA NOVA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 27 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA /FAZENDA NOVA 97,20 KM DE IDA E VOLTA.	6,54	13.985,00	13.985,00

4	SV.	1,000	ROTA FAZENDA TATURUBA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 10 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA/ FAZENDA TATURUBA 51,06 KM DE IDA E VOLTA.	6,54	7.346,00		7.346,00
5	SV.	1,000	ROTA BARRO ALTO - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 42 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA BARRO ALTO 56 KM DE IDA E VOLTA.	6,54	8.057,00		8.057,00

C.P.L.
Fls. 48

53949

FOLHA 10

Rubrica

CPL
Fls. 29

Solicitação de Orçamento

Prezado (a),

Solicitamos de vossa senhoria o orçamento de Material/Serviços conforme descrição abaixo, em papel timbrado da empresa (ou este devidamente preenchido por vossa empresa), para darmos continuidade na tramitação para aquisição de bens / contratar os serviços abaixo citados.

Informamos, outrossim, que sua empresa pode enviar as propostas por e-mail: <email> ,preenchendo todos os dados da empresa para posteriores contatos.

NÚMERO DO PROCESSO 279/2024 (63) 99249-7510/ MARIA ROSA MATOS

Prazo de Execução dos serviços/Entrega dos produtos:

Prazo de Pagamento: 05 DIAS

Dados da empresa proponente: TM TRANSPORTES

Razão social: TRANS MISSOES TRANSPORTES EIRELI

CNPJ: 26.153.269/0001-00

Inscrição esta

Endereço: QUADRA50 LOTE 04/ NÚMERO 242/GURUPI-TO

Telefone: (63) 3313-1999

Pessoa para o

E-mail

FOLHA 102

Rubrica

OBS.: FAVOR COTAR PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA

Planilha dos itens:

Nº do Item	Unid.	Qtd.	Descrição	VALOR KM	Valor Unitário	Valor Total
1	SV	1,000	ROTA DOIS IRMÃO - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 21 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA/ FAZENDA DOIS IRMÃO 88,92 KM DE IDA E VOLTA.	8.80	17.214,00	17.214,00
2	SV	1,000	ROTA FAZENDA GOLD/ FAZENDA BOA ESPERANÇA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 15 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA FAZENDA GOLD/ FAZENDA BOA ESPERANÇA 81,68 KM DE IDA E VOLTA.	8.80	15.839,00	15.839,00
3	SV	1,000	ROTA FAZENDA NOVA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 27 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA /FAZENDA NOVA 97,20 KM DE IDA E VOLTA.	8.80	18.817,00	18.817,00

C.P.L.
Fls 80

4	SV	1,000	ROTA FAZENDA TATURUBA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 10 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA/ FAZENDA TATURUBA 51,06 KM DE IDA E VOLTA.	8.80	9.885,00	9.885,00
5	SV	1,000	ROTA BARRO ALTO - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 42 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA BARRO ALTO 56 KM DE IDA E VOLTA.	8.80	10.841,00	10.841,00

12.5.96

FOLHA 103

Rubrica

26.153.269/0001-00
TRANSMISSOES TRANSPORTES
EIRELI - ME
Rua 6 Qd 50 Lt 04 Nº 242 Waldir Lins
CEP: 77.423-140
GURUPI TO

Solicitação de Orçamento

C.P.L.
Fls. 81

Prezado (a),

Solicitamos de vossa senhoria o orçamento, de Material/Serviços conforme descrição abaixo, em papel timbrado da empresa (ou este devidamente preenchido por vossa empresa), para darmos continuidade na tramitação para aquisição de bens / contratar os serviços abaixo citados.

Informamos, outrossim, que sua empresa pode enviar as propostas por e-mail: <email> , preenchendo todos os dados da empresa para posteriores contatos.

NUMERO DO PROCESSO 279/2024 (63)99249-7510/MARIA ROSA MATOS

Prazo de Execução dos serviços/Entrega dos produtos:

Prazo de Pagamento: 5 DIAS

Dados da empresa proponente: A.L. PINHEIRO TRANSPORTES

Razão social: A L PINHEIRO TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 48.776.302/0001-82

FOLHA 30

Rubrica

Inscrição estu

Endereço: R SINDA CUNHA/RECURSOLANDIA

Telefone: (63)9999-8761

Pessoa para c

E-mail CONTATOASSESSORAR@HOTMAIL.COM

OBS.: FAVOR COTAR PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA

Planilha dos itens:

Nº do item	Unid.	Qtd.	Descrição	VALOR KM	Valor Unitário	Valor Total
1	SV	1,000	ROTA DOIS IRMÃO - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 21 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA/ FAZENDA DOIS IRMÃO 88,92 KM DE IDA E VOLTA.	7,5	14.671,00	14.671
2	SV	1,000	ROTA FAZENDA GOLD/ FAZENDA BOA ESPERANÇA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS, COM CAPACIDADE DE 15 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA FAZENDA GOLD/ FAZENDA BOA ESPERANÇA 81,68 KM DE IDA E VOLTA.	7,5	13.477,00	13.47
3	SV	1,000	ROTA FAZENDA NOVA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 27 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA /FAZENDA NOVA 97,20 KM DE IDA E VOLTA.	7,5	16.038,00	16.03

Adelso Lima Pinheiro

A L PINHEIRO TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 48.[illegible]92

4	SV	1,000	ROTA FAZENDA TATURUBA - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 10 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA RECURSOLANDIA/ FAZENDA TATURUBA 51,06 KM DE IDA E VOLTA.	7,5	8.424,00		8.424,00
5	SV	1,000	ROTA BARRO ALTO - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE DE 42 PASSAGEIROS OU SUPERIOR, SENDO MOTORISTA, COMBUSTIVEL E MANUTEÇÃO DE PEÇAS E PNEUS POR CONTA DO CONTRATADO, DESTINADO A PRESTAR SERVIÇO NA ROTA BARRO ALTO 56 KM DE IDA E VOLTA.	7,5	9.240,00		9.240,00

C.P.L.
Fls. 82

FOLHA 105

RUBRICA

Adão Lima Pinheiro

X A L PINHEIRO TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 48.770.302/0001-82

CONTRATO Nº 084/2024

PROCESSO Nº 279/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2024

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado;

- ✓ **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RECURSOLÂNDIA/TO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 31.527.553/0001-20, situado na Praça José Tavares, s/n, Centro, Recursolândia, aqui denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Educação de Recursolândia, Sr. **YBSEN RICARDO DE ARAÚJO FEITOSA**, brasileiro, casado, portador do RG: 1.148.368, SSP/TO, e inscrito no CPF sob o nº 961.252.501-30, residente e domiciliado à Rua Buriti, s/n, Centro, CEP: 77733-000, Recursolândia, e de outro lado, a empresa;
- ✓ **C M PEREIRA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 53.191.189/0001-03, com sede na Rua José Tavares, s/m, Centro, Recursolândia/TO, CEP: 77733-000, Telefone (63)9.9226-4807, Email: autocenterdecisao@gmail.com, denominada simplesmente **CONTRATADA**, por meio de seu representante legal, **CÍCERA MARICLÉIA PEREIRA**, brasileira, portadora do RG: 96029017100 SSP/CE, e inscrita no CPF: 642.451.603-49, residente e domiciliada na sede da contratada, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, com fundamento no Art. 75, Inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021; de acordo com as normas e condições constantes no Termo de Referência e seus anexos do processo administrativo nº 279/2024 de Dispensa de Licitação nº 005/2024, mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para locação de veículos novos e/ou usados, com motorista, combustível, manutenção de peças e pneus por conta do contratado, para o transporte escolar durante 22 dias letivos, dos alunos da zona rural da rede municipal de ensino, conforme calendário escolar estabelecido pela Secretaria municipal de Educação do município de Recursolândia/TO.
1.2. A contratação atenderá os seguintes itinerários:

- ➢ **Rota Dois Irmão** – locação de veículo tipo micro-ônibus com capacidade de 21 passageiros ou superiores, sendo motorista, combustível e manutenção de peças e pneus por conta do contratado, destinado a prestar serviço na rota Recursolândia/Fazenda Dois Irmãos, com 88,92km, ida e volta; R$12.809,00.

C.P.L.
Fls. 84
FOLHA 10
Rúbrica

- **Rota Fazenda Gold/Fazenda Boa Esperança** - locação de veículo tipo micro-ônibus com capacidade de 15 passageiros ou superiores, sendo motorista, combustível e manutenção de peças e pneus por conta do contratado, destinado a prestar serviço na rota Fazenda Gold/Fazenda Boa Esperança, com 81,68km, ida e volta; R$11.752,00.
- **Rota Fazenda Nova** - locação de veículo tipo micro-ônibus com capacidade de 27 passageiros ou superior, sendo motorista, combustível e manutenção de peças e pneus por conta do contratado, destinado a prestar serviço na rota Recursolândia /Fazenda Nova, com 97,20km, ida e volta; R$13.985,00.
- **Rota Fazenda Taturubá** - locação de veículo tipo micro-ônibus com capacidade de 10 passageiros ou superior, sendo motorista, combustível e manutenção de peças e pneus por conta do contratado, destinado a prestar serviço na rota Recursolândia/Fazenda Taturubá, com 51,06km, ida e volta; R$7.346,00.
- **Rota Barro Alto** - locação de veículo tipo micro-ônibus com capacidade de 42 passageiros ou superior, sendo motorista, combustível e manutenção de peças e pneus por conta do contratado, destinado a prestar serviço na rota Barro Alto com 56km, ida e volta; R$8.057,00.

1.3. A CONTRATADA, através do presente contrato, obriga-se a prestar os serviços ora contratados, obedecendo às diretrizes previamente designadas pelo CONTRATANTE, especialmente no que diz respeito nas disposições contidas na Lei 14.133/21, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação.

1.4. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição todo o processo administrativo nº 279/2024, o Termo de Referência com seus Anexos, e a Proposta da Contratada.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de **R$53.949,00 (cinquenta e três mil e novecentos e quarenta e nove reais)**, mediante depósito em conta bancária, a serem pagos em até 10 dias úteis contados do recebimento da nota fiscal e os Recibos equivalentes a efetiva prestação do serviço, devidamente atestado pelo fiscal de contrato.

2.2. A CONTRATADA poderá solicitar revisão de valores, desde que comprove a existência e as consequências de fato imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis e que venham a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, para tanto, por conveniência para a administração pública, poderá ser promovido a atualização/reajuste do valor inicial do contrato, mediante requerimento da parte interessada, tomando-se por base o índice do IPCA-E e/ou outro vigente a época, condizente com o objeto avençado.

2.3. Este contrato poderá ser prorrogado pelas partes observando-se o limite legal, por meio de termo aditivo, conforme estabelece a Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato será de cumprimento e execução imediata a partir da sua assinatura,conforme calendário escolar estabelecido pela Secretaria municipal de Educação.

CLÁUSULA 4ª - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A execução do presente contrato será direta, na forma estabelecida no Termo de Referência, para atender as demandas do Fundo Municipal de Educação de Recursolândia.

4.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.3. A fiscalização dos serviços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, obrigando-se a Contratada a facilitar, de modo amplo e completo, a ação dos fiscais, permitindo-lhes livre acesso as todas as informações solicitadas à execução dos serviços referidos no Termo de Referência.

4.4. Fica ressalvado que a efetiva ocorrência da fiscalização não exclui nem restringe a responsabilidade da Contratada na execução dos serviços, que deverão apresentar perfeição absoluta.

4.5. Fica estabelecido que a Contratada deverá cumprir fielmente com as exigências estabelecidas e com as normas de segurança vigente atinente a matéria.

4.6. O contratado responderá civil e criminalmente nos termos da Lei por qualquer prejuízo que causar em decorrência de má execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA 5ª - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado e seus anexos;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

III - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

IV - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

V - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

X - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante.

XI - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

II - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade, bem como, atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

III - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência quanto ao cumprimento do contrato;

VII - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

VIII - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

IX - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

X - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e seus anexo ou instrumento congênere.

XI - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação ou para qualificação na contratação direta;

XII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos não previsto em Lei.

XIV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLAUSULA 6ª - DAS PENALIDADES E DO VALOR DA MULTA

6.1. O descumprimento total ou parcial, de qualsquer das obrigações estabelecidas no presente contrato, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e às seguintes que poderão ser aplicadas discricionariamente pelo CONTRATANTE, garantida prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma do art. 156, da Lei 14.133/21:

a) Advertência;
b) Multa – dia, correspondente a 1/60 avos do valor liquidado e pago no mês anterior;
c) Rescisão contratual com multa equivalente a 20 multas – dias;
d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar temporariamente com o Município de Recursolândia, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21.

Parágrafo Primeiro: As sanções acima estabelecidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, depois de facultado o exercício de defesa prévia em processo administrativo, na forma do § 2º a § 5º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

C.P.L.
Fls. 88

FOLHA 111

Rúbrica

Parágrafo Segundo: Na hipótese de o CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do CONTRATO, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Parágrafo Terceiro: As multas previstas em edital não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Quarto: As multas aplicadas na execução do presente CONTRATO serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ou cobradas judicialmente.

Parágrafo Quinto: Ao CONTRATANTE reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução do contrato, se for constatada pela fiscalização falhas na execução dos serviços e que requeiram repetição dos mesmos.

6.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;

6.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe a Lei 14.133/2021;

6.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

6.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado;

6.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei Vigente, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);

6.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Lei.

CLÁUSULA 7ª – DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, ART.137 e 138, Lei 14.133/2021

7.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/21.
7.2. A rescisão do presente contrato poderá ser ainda amigável, por acordo entre as partes, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/21, ou judicial, nos termos da legislação.
7.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
7.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA 8ª - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL (Art. 92, II, Lei nº 14.133/2021

8.1. O presente contrato está vinculado a Dispensa de Licitação nº 005/2024.

CLÁUSULA 9ª – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 92, III, Lei nº 14.133/2021)

9.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 13.019/14, Lei 934/2012 e da Lei 14.133 de 01/04/21, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Recursolândia/TO.

CLÁUSULA 10ª – VEDAÇÕES

10.1. É vedado à Contrada:

I - Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
II - Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

C.P.L.
Fls 90
FOLHA 113
Rubrica

CLÁUSULA 11ª – DA GARANTIA PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO

11.1. A verificação dos serviços e sua execução em conformidade com o presente contrato será atribuição do CONTRATANTE, através da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA 12ª – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização da execução do objeto do presente Contrato será realizada pela Administração, através dos servidores designados para tal finalidade.

Parágrafo Único. Uma vez apurado o descumprimento do presente contrato pelo CONTRATADO, o fiscal responsável incumbir-se-á de lavrar a termo a irregularidade, que seguirá os procedimentos conforme Instrução Normativa vigente, para instauração do competente processo administrativo.

CLÁUSULA 13ª – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão na forma estabelecida na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA 14ª – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 15ª – DA QUALIFICAÇÃO DAS DESPESAS

15.1. Os empenhos das despesas oriundas deste contrato ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria vigente:

Ficha: 610 Fontes: 1.500.0000 Elemento: 3.3.90.39

CLÁUSULA 16ª – DASOBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA 17ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A eficácia deste instrumento de contrato ficará vinculada a publicação do seu extrato na imprensa oficial, conforme prescreve a Lei 14.133/2021.

17.2. É de inteira responsabilidade do Contratado os ônus tributários e encargos sociais, resultante deste contrato, inclusive os decorrentes da legislação trabalhista e da previdência social.

17.3. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da comarca de Itacaja - TO.

E por estarem assim justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado, na presença de duas testemunhas idôneas de tudo cientes.

Recursolândia/TO, 21 de Fevereiro de 2024.

YBSEN RICARDO DE ARAÚJO FEITOSA SILVA
Secretário Municipal de Educação/Gestor FME
CONTRATANTE

C M PEREIRA LTDA
CNPJ Nº 53.191.189/0001-03
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: ✕

CPF:

Nome: Adelvane Lima Pereira

CPF:

Detalhamento de Processo

Unidade Gestora:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA

CNPJ: 17.387.148/0001-23

Dados da Licitação

Processo: 2024011235/2024
Tipo | Modalidade: Dispensa
Nº da Portaria: 142;143;14
Valor estimado: R$ 1.123.706,00
DT. Abertura: - - - / **Cadastro em:**20/05/2024
É Concurso Público ?: Não
Data de Publicação da Portaria: 05/06/2024
Justificativa: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR É ESSENCIAL PARA GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS RESIDENTES EM ÁREAS RURAIS OU DISTANTES MAIS DE TRÊS QUILÔMETROS DAS UNIDADES DE ENSINO, CONFORME ESTABELECIDO NA RESOLUÇÃO 0062009 ?? CETRAN TO E NA LEI 14.1332021. POR ISSO, A ESCOLHA DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA GARANTE QUALIDADE E SEGURANÇA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, EM CONFORMIDADE COM AS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.
Texto da lei: Art. 75, Inciso VIII , Lei 14.133 - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste Inciso
Descrição do Objeto: CONTRATAÃ□Ã□O EMERGENCIAL DE PESSOA JURÃ□DICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□OS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÃ□BLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ARAGUAÃ□NA - TO, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS E NÃ□O PAVIMENTADAS, PELO PERÃ□ODO DE ATÃ□ 12 (DOZE) MESES, NÃ□O SENDO PASSÃ□VEL DE PRORROGAÃ□Ã□O ATRAVÃ□S DE VEÃ□CULOS ADEQUADOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DEVIDAMENTE ABASTECIDOS, COM MOTORISTA E MONITOR (QUANDO NECESSÃ□RIO), PARA ATENDER Ã□S NECESSIDADES EMERGENCIAIS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTE MUNICÃ□PIO.

Unidades Participantes

Unidade

Classificação Orçamentária

Orgão	Unid. Orçamentária	Função	Sub-Função	Programa	Projeto
16	16	12	361	0139	2395

Classificação da Despesa

FOLHA 116
Rubrica

C.P.L.
Fls. 93

3.3.90.39 |

Fonte de Recurso

15001001001020 |

Forma de Publicação

Forma	Tipo	Publicado em	Complemento
Diário Oficial	Publicação	05/06/2024	DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO DE ARAGUAINA - TO

Assinaturas 1ª Fase

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Sim	ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA	06/06/2024	Recibo
Responsável	Sim	AUREA FERNANDA RODRIGUES DA SILVA	06/06/2024	Recibo
Pregoeiro	Não	-		-
Presidente CPL	Não	-		-

Convênio

Não existem convênios cadastrados neste processo

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Dispensa/Inexigibilidade	Ato de Dispensa ou Inexigibilidade assinado pela autoridade superior	06/06/2024	PORTARIAS DE RATIFICAYYO
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	AUTUAYYO
Dispensa/Inexigibilidade	Fundamentação legal e justificativa da dispensa ou inexigibilidade	06/06/2024	DFD
Dispensa/Inexigibilidade	Fundamentação legal e justificativa da dispensa ou inexigibilidade	06/06/2024	JUSTIFICATIVA

FOLHA 997
Rúbrica

C.P.L. 94

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Dispensa/Inexigibilidade	Parecer Jurídico	06/06/2024	PARECER JURIDICO
Dispensa/Inexigibilidade	Justificativa da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço	06/06/2024	TERMO DE REFERYNCIA
Dispensa/Inexigibilidade	Justificativa da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço	06/06/2024	COTAYYES
Dispensa/Inexigibilidade	Caracterização da emergência ou calamidade, se for o caso	06/06/2024	DFD
Dispensa/Inexigibilidade	Caracterização da emergência ou calamidade, se for o caso	06/06/2024	JUSTIFICATIVA
Dispensa/Inexigibilidade	Comprovação de publicação	06/06/2024	ENVIO DE PUBLICAYYO
Dispensa/Inexigibilidade	Justificativa da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço	06/06/2024	COTAYYES
Dispensa/Inexigibilidade	Justificativa da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço	06/06/2024	MAPA DE APURAYYO
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	MAPA ROTAS
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	MINUTA
Dispensa/Inexigibilidade	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	PORTARIA DE FISCAL
Dispensa/Inexigibilidade	Comprovação de publicação	06/06/2024	PUB
Situação da Licitação	Comprovação da regularidade fiscal, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo Serviço (FGTS); da (s) Empresa (s) vencedora (s)	06/06/2024	CNDS RS
Situação da Licitação	Proposta (s) da (s) empresa (s) vencedora (s)	06/06/2024	COTAYYES
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	CONTRATO SOCIAL RS
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	MAPA DE APURAYYO
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	MAPA ROTAS
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	COMP

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Situação da Licitação	Comprovação da regularidade fiscal, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo Serviço (FGTS); da (s) Empresa (s) vencedora (s)	06/06/2024	CNDS ATEA
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	CONTRATO SOCIAL ATEA
Situação da Licitação	Proposta (s) da (s) empresa (s) vencedora (s)	06/06/2024	COTAYYES
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	COMP
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	MAPA DE APURAYYO
Situação da Licitação	Planilha de Orçamento (s) do (s) Licitante (s) vencedor (es)	06/06/2024	COTAYYES
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	MAPA DE APURAYYO
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	MAPA ROTAS
Situação da Licitação	Comprovação da regularidade fiscal, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo Serviço (FGTS); da (s) Empresa (s) vencedora (s)	06/06/2024	CNDS SANTA FY
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	CONTRATO SOCIAL SANTA FY
Situação da Licitação	Planilha de Orçamento (s) do (s) Licitante (s) vencedor (es)	06/06/2024	COTAYYES
Situação da Licitação	Proposta (s) da (s) empresa (s) vencedora (s)	06/06/2024	MAPA DE APURAYYO
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	REQUISIYYO
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	COMP
Situação da Licitação	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	MAPA ROTAS
Contrato	Instrumento Contratual *	06/06/2024	CONTRATO ATEA
Contrato	Ato de indicação do designado para acompanhar e fiscalizar o contrato	06/06/2024	PORTARIA DE FISCAL

FOLHA 238
Rúbrica
C.P.L. Fls. 95

C.P.L. Fls. 96

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Contrato	Comprovação de publicação do extrato do contrato	06/06/2024	PUB
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	EXTRATOS CONTRATOS
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	CNDS ATEA
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	SOLICITAYYES DE EMPENHO
Contrato	Nota de empenho *	06/06/2024	NOTAS DE EMPENHO
Contrato	Instrumento Contratual *	06/06/2024	CONTRATO RS
Contrato	Ato de indicação do designado para acompanhar e fiscalizar o contrato	06/06/2024	PORTARIA DE FISCAL
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	EXTRATOS CONTRATOS
Contrato	Comprovação de publicação do extrato do contrato	06/06/2024	PUB
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	SOLICITAYYES DE EMPENHO
Contrato	Nota de empenho *	06/06/2024	NOTAS DE EMPENHO
Contrato	Instrumento Contratual *	06/06/2024	CONTRATO SANTA FY
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	EXTRATOS CONTRATOS
Contrato	Comprovação de publicação do extrato do contrato	06/06/2024	PUB
Contrato	Ato de indicação do designado para acompanhar e fiscalizar o contrato	06/06/2024	PORTARIA DE FISCAL
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	REQUISIYYO
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	SOLICITAYYES DE EMPENHO

FOLHA 119
Rúbrica

Fase	Tipo do Anexo	Anexado em	Arquivo
Contrato	Nota de empenho *	06/06/2024	NOTAS DE EMPENHO
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	REQUISIYYO
Contrato	Outros documentos pertinentes	06/06/2024	REQUISIYYO

Fls. 97
FOLHA 120
RUBRICA

Situação

Situação	Data	Justificativa
Em andamento	27/05/2024	PARA GARANTIR O ACESSO E A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS RESIDENTES NAS REGIÕES MENCIONADAS, ATENDENDO AOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E CELERIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONFORME PRECONIZADO PELA LEI 14.1332021, VISANDO GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO, PROMOVER A CONTINUIDADE DO ANO LETIVO E ASSEGURAR A EFICIÊNCIA E SEGURANÇA DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA TO, EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COM O BEMESTAR DA COMUNIDADE ESCOLAR.

Licitantes

CNPJ / CPF	Razão Social	Status	Contato
20.859.713/0001-12	R2S CONSTRUCOES E LOCACOES EIRELI	NÃO está no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS	3414-8208
28.790.099/0001-91	SANTA FE TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	NÃO está no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS	
34.473.696/0001-95	ASSOCIACAO DOS TRANSPORTADORES ESCOLARES DE ARAGUAINATO ATEATO	NÃO está no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS	63-992130872

Detalhes: 1º Instrumento de Contrato

Número/Ano: 167 / 2024
Vigência: 27/05/2024 a 26/05/2025
Contrato Origem: 0 /
Data Publicação: 05/06/2024
Data Assinatura: 27/05/2024
Valor: R$ 511.320,00
Class./Despesa: 3.3.90.39
Class./Subltem: 14

Unidade Organizadora: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA
Número de Execução Contábil: 167
Contratado: ASSOCIACAO DOS TRANSPORTADORES ESCOLARES DE ARAGUAINATO ATEATO
Descrição do Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÃ□Ã□O DE PESSOA JURÃ□DICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□OS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÃ□BLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ARAGUAÃ□NA TO, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS E NÃ□O PAVIMENTADAS, PELO PERÃ□ODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM CALENDÃ□RIO ESCOLAR PADRÃ□O DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÃ□S DE VEÃ□CULOS ADEQUADOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DEVIDAMENTE ABASTECIDOS, COM MOTORISTA E MONITOR (QUANDO NECESSÃ□RIO), PARA ATENDER Ã□S NECESSIDADES DESTE

MUNICÃ□PIO.

Situação: Em execução - **Justificativa:** A CONTRATAÃ□Ã□O DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR Ã□ ESSENCIAL PARA GARANTIR O ACESSO Ã□ EDUCAÃ□Ã□O DOS ALUNOS RESIDENTES EM Ã□REAS RURAIS OU DISTANTES MAIS DE TRÃ□S QUILÃ□METROS DAS UNIDADES DE ENSINO, CONFORME ESTABELECIDO NA RESOLUÃ□Ã□O 0062009 CETRAN - TO E NA LEI 14.1332021. POR ISSO, A ESCOLHA DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA GARANTE QUALIDADE E SEGURANÃ□A Ã□ PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□O, EM CONFORMIDADE COM AS LEGISLAÃ□Ã□ES PERTINENTES.

C.P.L. Fls. 86

Assinaturas 1º Contrato

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Sim	ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA	06/06/2024	Recibo
Responsável	Sim	AUREA FERNANDA RODRIGUES DA SILVA	06/06/2024	Recibo
Pregoeiro	Não			
Responsável por Contrato	Não			
Presidente CPL	Não			

FOLHA 12

Rubrica

Termo(s) Aditivo(s)

Não existem Termos Aditivos cadastrados neste processo

Valor TOTAL ADITIVADO R$ 0,00

Apostilamento(s)

Não existem Apostilamentos cadastrados neste processo.

Detalhes: 2º Instrumento de Contrato

Número/Ano: 168 / 2024
Vigência: 27/05/2024 a 26/05/2025
Contrato Origem: 0 /
Data Publicação: 05/06/2024
Data Assinatura: 27/05/2024
Valor: R$ 347.476,00
Class./Despesa: 3.3.90.39
Class./SubItem: 14

Unidade Organizadora: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA
Número de Execução Contábil: 168
Contratado: R2S CONSTRUCOES E LOCACOES EIRELI
Descrição do Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÃ□Ã□O DE PESSOA JURÃ□DICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□OS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÃ□BLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ARAGUAÃ□NA/TO, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS E NÃ□O PAVIMENTADAS, PELO PERÃ□ODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM CALENDÃ□RIO ESCOLAR PADRÃ□O DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÃ□S DE VEÃ□CULOS ADEQUADOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DEVIDAMENTE ABASTECIDOS, COM MOTORISTA E MONITOR (QUANDO NECESSÃ□RIO), PARA ATENDER Ã□S NECESSIDADES DESTE MUNICÃ□PIO.

Situação: Em execução - **Justificativa:**A CONTRATAÃ□Ã□O DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR Ã□ ESSENCIAL PARA GARANTIR O ACESSO Ã□ EDUCAÃ□Ã□O DOS ALUNOS RESIDENTES EM Ã□REAS RURAIS OU DISTANTES MAIS DE TRÃ□S QUILÃ□METROS DAS UNIDADES DE ENSINO, CONFORME ESTABELECIDO NA RESOLUÃ□Ã□O 0062009 CETRAN -TO E NA LEI 14.1332021. POR ISSO, A ESCOLHA DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA GARANTE QUALIDADE E SEGURANÃ□A Ã□ PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□O, EM CONFORMIDADE COM AS LEGISLAÃ□Ã□ES PERTINENTES.

C.P.L.
Fls. 99

Assinaturas 2º Contrato

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Sim	ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA	06/06/2024	Recibo
Responsável	Sim	AUREA FERNANDA RODRIGUES DA SILVA	06/06/2024	Recibo
Pregoeiro	Não			
Responsável por Contrato	Não			
Presidente CPL	Não			

FOLHA 122
Rubrica

Termo(s) Aditivo(s)

Não existem Termos Aditivos cadastrados neste processo

Valor TOTAL ADITIVADO R$ 0,00

Apostilamento(s)

Não existem Apostilamentos cadastrados neste processo

Detalhes: 3º Instrumento de Contrato

Número/Ano: 169 / 2024
Vigência: 27/05/2024 a 26/05/2025
Contrato Origem: 0 /
Data Publicação: 05/06/2024
Data Assinatura: 27/05/2024
Valor: R$ 264.910,00
Class./Despesa: 3.3.90.39
Class./SubItem: 14

Unidade Organizadora: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARAGUAÍNA
Número de Execução Contábil: 169
Contratado: SANTA FE TRANSPORTES E SERVICOS LTDA
Descrição do Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÃ□Ã□O DE PESSOA JURÃ□DICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□OS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PÃ□BLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ARAGUAÃ□NA TO, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS E NÃ□O PAVIMENTADAS, PELO PERÃ□ODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM CALENDÃ□RIO ESCOLAR PADRÃ□O DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÃ□S DE VEÃ□CULOS ADEQUADOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, DEVIDAMENTE ABASTECIDOS, COM MOTORISTA E MONITOR (QUANDO NECESSÃ□RIO), PARA ATENDER Ã□S NECESSIDADES DESTE MUNICÃ□PIO.

Situação: Em execução - **Justificativa:**A CONTRATAÃ□Ã□O DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR Ã□ ESSENCIAL PARA GARANTIR O ACESSO Ã□ EDUCAÃ□Ã□O DOS ALUNOS RESIDENTES EM Ã□REAS RURAIS OU

DISTANTES MAIS DE TRÃ□S QUILÃ□METROS DAS UNIDADES DE ENSINO, CONFORME ESTABELECIDO NA RESOLUÃ□Ã□O 0062009 CETRAN -TO E NA LEI 14.1332021. POR ISSO, A ESCOLHA DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA GARANTE QUALIDADE E SEGURANÃ□A Ã□ PRESTAÃ□Ã□O DE SERVIÃ□O, EM CONFORMIDADE COM AS LEGISLAÃ□Ã□ES PERTINENTES.

C.P.L. Fls. 100

Assinaturas 3º Contrato

Cargo	Assinou?	Nome	Data	Recibo
Gestor	Sim	ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA	06/06/2024	Recibo
Responsável	Sim	AUREA FERNANDA RODRIGUES DA SILVA	06/06/2024	Recibo
Pregoeiro	Não			
Responsável por Contrato	Não			
Presidente CPL	Não			

FOLHA 123
Rúbrica

Termo(s) Aditivo(s)

Não existem Termos Aditivos cadastrados neste processo

Valor TOTAL ADITIVADO R$ 0,00

Apostilamento(s)

Não existem Apostilamentos cadastrados neste processo

Não existe(m) Obra(s) cadastrada(s) neste processo.

PREFEITURA ARAGUAÍNA
CIDADE QUE NÃO PARA

C.P.L. Fls. 101

COTAÇÃO DE PREÇOS
Nº 28/2024

156

EMPRESA:SANTA FE TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

FONE:63 99256 2477

28.790.099/0001-91

FOLHA 101

Rubrica

NULO

ATENÇÃO

PREENCHER COM A CANETA DA MESMA COR

CNPJ/CPF

ITEM	TIPO DE VEICULO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	Código da Rota	Km médio diário estimado	Dias letivos	Monitor	Valor do Km/dia R$	Valor total estimado R$
1	A	CHÁC. TOCA DO ÍNDIO/ CHÁC. RECANTO DO CERRADO/ ARAGUAÍNA	027-S-007	40,00	200	NÃO	9,25 X 8.000,00	74.000,00
2	A	CORUJA / FAZ. OLHO D'AGUA / ARAGUAÍNA	030-S-022	156,00	200	NÃO	3,45 X 31.000,00	107.640,00
3	A	LEVINHA/ CHÁC 4 IRMÃOS/ NOVO HORIZONTE	103-O-108	88,00	200	NÃO	4,78 X 14.600,00	84.128,00
4	A	TRÊS RIACHOS/ FAZ. AGROCELL/ ASSENTA. RIO PRETO	106-O-109	186,00	200	NÃO	5,30 X 37.000,00	197.160,00
5	A	FAZ. ARAGUAIA/ FAZ. GALILEU/ GARIMPINHO/ RIO PRETO	66-O-110	245,00	200	NÃO	4,40 X 49.000,00	215.600,00
6	B	FAZ. MARIAZINHA/ RELICÁRIO/MINUANO/ GARIMPINHO	102-O-107	90,00	200	SIM	10,90 X 15.000,00	196.200,00
7	B	CHÁC. ALIANÇA/ CHÁC DONA CONSTÂNCIA/ JACUBINHA/ARAGUAÍNA	104-L-109	49,00	200	SIM	12,95 X 9.800,00	126.910,00
8	B	CIDADE NOVA/ SETOR CARAVELO/ XIXEBAL/ ARAGUAÍNA	107-O-112	75,00	200	SIM	9,20 X 15.000,00	138.000,00

9	C	CHÁC. YPÊ/ JARDIM DOS YPÊ/ ARAGUAÍNA	105-N-110	70	200	SIM	12,70 X 14.000,00	177.800,00
TOTAL								1.317.438,00

C.P.L.
Fls. 102

OBSERVAÇÃO: Cotação por rota destinado ao transporte escolar de alunos da zona urbana e rural da rede pública Municipal e estadual de ensino.

NULO

TOTAL GERAL DOS ITENS R$ 1.317.438,00

Araguaína – Tocantins, 17 / 05 / 2024

SANTA FE TRANSPORTES E SERVICOS LTDA:28790099000191
Assinado de forma digital por SANTA FE TRANSPORTES E SERVICOS LTDA:28790099000191 Dados: 2024.05.27 08:44:51 -03'00

Assinatura
(por extenso ou rubrica com carimbo)

Uso exclusivo da Divisão de Compras da Secretaria da Educação.

Cotação Realizada | **Por Decreto Visto**

Vitor Pereira da Silva
Diretor de Compras
Portaria nº 053/2022

FOLHA 125
Rubrica

157
Fls.

PREFEITURA ARAGUAÍNA
CIDADE QUE NÃO PARA

FO. 226
Rubrica

FUNDO DE FORTALECIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

COTAÇÃO DE PREÇOS
Nº 28/2024

EMPRESA: R2S CONST. LOCAÇÕES LTDA
FONE: (63) 99254.4460
E-MAIL: r2s.financeiro@gmail.com

C.P.L. Fls 140 103

20.859.713/0001-12

ATENÇÃO

PREENCHER COM A CANETA DA MESMA COR

CNPJ/CPF

ITEM	TIPO DE VEICULO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	Código da Rota	Km médio diário estimado	Dias letivos	Monitor	Valor do Km/dia R$	Valor total estimado R$
1	A	CHÁC. TOCA DO ÍNDIO/ CHÁC. RECANTO DO CERRADO/ ARAGUAÍNA	027-S-007	40,00	200	NÃO	11,28	90.240,00
2	A	CORUJA / FAZ. OLHO D´AGUA / ARAGUAÍNA	030-S-022	156,00	200	NÃO	5,32	165.984,00
3	A	LEVINHA/ CHÁC. 4 IRMÃOS/ NOVO HORIZONTE	103-O-108	88,00	200	NÃO	6,93	121.968,00
4	A	TRÊS RIACHOS/ FAZ. AGROCELL/ ASSENTA. RIO PRETO	106-O-109	186,00	200	NÃO	4,93	183.396,00
5	A	FAZ. ARAGUAIA/ FAZ. GALILEU/ GARIMPINHO/ RIO PRETO	66-O-110	245,00	200	NÃO	4,54	222.460,00
6	B	FAZ. MARIAZINHA/ RELICÁRIO/MINUANO/ GARIMPINHO	102-O-107	90,00	200	SIM	10,51	189.180,00
7	B	CHÁC. ALIANÇA/ CHÁC. DONA CONSTÂNCIA/ JACUBINHA/ARAGUAÍNA	104-L-109	49,00	200	SIM	13,74	134.652,00
8	B	CIDADE NOVA/ SETOR CARAVELO/ XIXEBAL/ ARAGUAÍNA	107-O-112	75,00	200	SIM	12,25	183.750,00

9	C	CHÁC. YPÊ/ JARDIM DOS YPÊ/ ARAGUAÍNA	105-N-110	70	200	SIM	11,72	164.080,00
TOTAL								**1.455.710,00**

C.P.L. Fls 104

OBSERVAÇÃO: Cotação por rota destinado ao transporte escolar de alunos da zona urbana e rural da rede pública Municipal e estadual de ensino.

141

TOTAL GERAL DOS ITENS R$ **1.455.710,00**

Araguaína – Tocantins, 17 / 05 / 2024 .

R2S CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA: 20859713000112 — Assinado de forma digital por R2S CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA: 20859713000112 Dados: 2024.05.17 10:10:13 -03'00'

RANYERI SILVA SOUSA: 81070403172 — Assinado de forma digital por RANYERI SILVA SOUSA: 81070403172 Dados: 2024.05.17 10:09:57 -03'00'

Assinatura
(por extenso ou rubrica com carimbo)

Uso exclusivo da Divisão de Compras da Secretaria da Educação.

Cotação Realizada — **Por Decreto Visto**

Jefferson Pereira da Silva
Diretor de Compras
Portaria nº 053/2022

FOLHA 129

Rúbrica

PREFEITURA ARAGUAÍNA
CIDADE QUE NÃO PARA

FOLHA 128
RUBRICA

ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

COTAÇÃO DE PREÇOS
Nº 28/2024

FLS 109

C.P.L. 105

EMPRESA:ASSOCIAÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR DE ARAGUAINA-TO
FONE:63 99268-3430
E-MAIL:atea_to_escolar@hotmail.com

ASSOCIACAO DOS TRANSPORTADORES ESCOLARES DE ARAGU:34473696000195

Assinado de forma digital por ASSOCIACAO DOS TRANSPORTADORES ESCOLARES DE ARAGU:34473696000195
Dados: 2024.05.17 09:23:58 -03'00'

ATENÇÃO

PREENCHER COM A CANETA DA MESMA COR

CNPJ/CPF

ITEM	TIPO DE VEICULO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	Código da Rota	Km médio diário estimado	Dias letivos	Monitor	Valor do Km/dia R$	Valor total estimado R$
1	A	CHÁC. TOCA DO ÍNDIO/ CHÁC. RECANTO DO CERRADO/ ARAGUAÍNA	027-S-007	40,00	200	NÃO	8,62	68.960,00
2	A	CORUJA / FAZ. OLHO D'AGUA / ARAGUAINA	030-S-022	156,00	200	NÃO	3,13	97.656,00
3	A	LEVINHA/ CHÁC. 4 IRMÃOS/ NOVO HORIZONTE	103-O-108	88,00	200	NÃO	4,59	80.784,00
4	A	TRÊS RIACHOS/ FAZ. AGROCELL/ ASSENTA. RIO PRETO	106-O-109	186,00	200	NÃO	4,97	184.884,00
5	A	FAZ. ARAGUAIA/ FAZ. GALILEU/ GARIMPINHO/ RIO PRETO	66-O-110	245,00	200	NÃO	2,44	119.560,00
6	B	FAZ. MARIAZINHA/ RELICÁRIO/MINUANO/ GARIMPINHO	102-O-107	90,00	200	SIM	8,02	144.360,00
7	B	CHÁC. ALIANÇA/ CHÁC DONA CONSTÂNCIA/ JACUBINHA/ARAGUAINA	104-L-109	49,00	200	SIM	13,95	136.710,00
8	B	CIDADE NOVA/ SETOR CARAVELO/ XIXEBAL/ ARAGUAÍNA	107-O-112	75,00	200	SIM	10,20	153.000,00

9	C	CHÁC. YPÊ/ JARDIM DOS YPÊ/ ARAGUAÍNA	105-N-110	70	200	SIM	12,71	177.940,00
TOTAL								**1.163.854,00**

C.P.L.
Fls. 106

OBSERVAÇÃO: Cotação por rota destinado ao transporte escolar de alunos da zona urbana e rural da rede pública Municipal e estadual de ensino.

Fls. 110

TOTAL GERAL DOS ITENS R$ **1.163.854,00**

Araguaína – Tocantins, 17 /05 /2024.

CARLOS MAGNO PORTELA RIBEIRO:25162420263

Assinado de forma digital por CARLOS MAGNO PORTELA RIBEIRO:25162420263
Dados: 2024.05.17 09:24:30 -03'00'

Assinatura
(por extenso ou rubrica com carimbo)

Uso exclusivo da Divisão de Compras da Secretaria da Educação.

Cotação Realizada **Por Decreto**
Visto

Vilson Pereira da Silva
Diretor de Compras
Portaria nº 055/2022

FOLHA 129

Rubrica

C.P.L.
Fls 107

NULO

CONTRATO Nº 169/2024

FOLHA 130
Rubrica

242
Fls

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA – TO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E A EMPRESA SANTA FE TRANSPORTES E SERVICOS LTDA, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **01.830.793/0001-89** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº **17.387.148/0001-23**, estabelecido na Avenida Bernardo Sayão, nº 499, Entroncamento, nesta cidade, neste ato representado(a) pelo(a) **SECRETARIO(A) MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, Sra. **ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA**, brasileira, casada, portador da Carteira de Identidade nº 031 835 2ª VIA SSP/TO e inscrita no CPF/MF sob o nº 633.482.251-91, residente e domiciliada Rua PE Anchieta, Qd. 06, Lt. 05, nº 162, Setor Noroeste, na cidade de Araguaína/TO, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **SANTA FE TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.790.099/0001-91, estabelecida Rua RAIMUNDO TABOSA, nº 199, Bairro ALTO SOCORRO, Cidade de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA representada por **EDIVALDO TAVARES DA SILVA**, portador do Rg: 293.983 SSP/TO e do CPF: Nº 909.707.301-44, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente Contrato, vinculando-se as partes ao Termo de Referência e sujeitando-se às propostas e cláusulas a seguir expressas, que são definidoras de direitos, obrigações e responsabilidades.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de Pessoa Jurídica especializada em prestação de Serviços de Transporte Escolar, para atender aos alunos da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino de Araguaína – TO, em estradas pavimentadas e não pavimentadas, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com Calendário Escolar Padrão da Rede Municipal de Ensino, através de veículos adequados para transporte escolar, devidamente abastecidos, com motorista e monitor (quando necessário), para atender às necessidades deste município.

NULO

243 Fls

C.P.L.
Fls. 108

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1 O presente Contrato está vinculado ao Edital, Termo de Referência e seus respectivos Anexos, em todo o seu teor, a qual será aplicado, onde o contrato for omisso.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Termo de Referência (item 4), apêndice deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS

Tipo do veículo	Especificação mínima	Quant. de rotas	Km total médio diário das rotas	Total de meses
B	Veículo com capacidade de transportar no mínimo 13 (treze) e no máximo 22 (vinte e dois) passageiros (alunos)	02	214	12

4.1 Os veículos utilizados para a prestação dos serviços devem estar em perfeitas condições de uso e ter a capacidade compatível com a quantidade de passageiros a serem transportados por rota, tendo em vista que o Guia de Transporte Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE estabelece que "*para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso*".

4.2 Quanto à idade operacional dos veículos usados no transporte de escolares, não poderá ultrapassar a 15 (quinze) anos, desde que aprovado na inspeção semestral, sendo que para inclusão ou substituição será no máximo de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 10, da Resolução do CETRAN-TO nº 006, de 26 de agosto de 2009.

4.3 Todos os veículos deverão possuir:

I) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) vigente ou nota fiscal, em caso de veículos novos, devidamente registrados no DETRAN como veículo de passageiros, além de apresentar Seguro DPVAT devidamente quitado, laudo com aprovação da vistoria e selo expedido pelo Órgão responsável de Trânsito;

II) Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

III) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de uso;

NULO

IV) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

V) Deverão estar segurados com cobertura total para qualquer tipo de sinistro, incluindo RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Morais/Estético) cobertura mínima de R$ 10.000,00, RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Materiais) cobertura mínima de R$ 10.000,00 por ocupante, RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Corporais) cobertura mínima de R$ 10.000,00 por ocupante, APO - Morte (por Ocupante) cobertura mínima de R$ 20.000,00, APO – Invalidez (por ocupante) cobertura mínima de R$ 20.000,00;

VI) Cintos de segurança em número correspondente ao da lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente e em perfeitas condições de uso;

I) Para o condutor, o cinto de segurança deverá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator.

II) Para os passageiros, o cinto de segurança poderá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator, ou do tipo subabdominal.

VII) Todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previsto no Código de Trânsito Brasileiro e Normatizações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

VIII) Todos os veículos deverão ter instalado um sistema completo de rastreamento e monitoramento e com função para emitir relatórios de quilometragem de cada veículo, sendo que o sistema disponibilizado deverá manter salvo todos os dados durante o contrato para quando houver a necessidade da CONTRATANTE de realizar consulta e/ou emitir relatórios.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DE ROTAS

VEÍCULO DO TIPO B (MICROÔNIBUS)							
Ordem	Rota/itinerário	Código da Rota	Tipo do veículo	Km médio diário estimado	Dias letivos	Valor máximo do Km/dia R$	Monitor
1	CHÁC. ALIANÇA/ CHÁC. DONA CONSTÂNCIA/ JACUBINHA/ARAGUAÍNA	104L-109	MICRO ÔNIBUS	49,00	200	12,95	SIM
2	CIDADE NOVA/ SETOR CARAVELO/ XIXEBAL/ ARAGUAÍNA	107O-112	MICRO ÔNIBUS	75,00	200	9,20	SIM
TOTAL TIPO "B" R$ 264.910,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e novecentos e dez reais)							
TOTAL GERAL ESTIMADO DO CONTRATO R$ 264.910,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e novecentos e dez reais)							

C.P.L.
Fls. 109

144

NULO

5.1 Os percursos das rotas poderão ser alterados pela CONTRATANTE, conforme as necessidades dos serviços, não podendo ser alterados em hipótese nenhuma pela CONTRATADA.

945

5.2 A distância percorrida em cada rota é medida do ponto de entrada do primeiro aluno até a entrega do último aluno na sua respectiva Unidade Escolar, e o encerramento da jornada inicia com a entrada do aluno na primeira Unidade Escolar até a entrega do último aluno, cujos pontos e horários serão definidos pela CONTRATANTE na descrição do percurso.

5.3 Eventuais alterações de rotas, provocadas por entrada e saída de alunos, não superiores a 5% da distância percorrida, não provocam mudanças nos valores contratados.

5.4 Alterações em trajetos/percursos que ultrapassarem 5% da distância anteriormente percorrida, serão objeto de mudança no valor da rota e, consequentemente, do contrato, ficando a alteração limitada em no máximo 25% do valor total contratado, nos termos da lei.

5.5 Poderá ocorrer a inclusão, supressão ou unificação de rotas a critério da Secretaria da Educação. Tal fato não ocasionará nenhum tipo de indenização, devendo o seu custo ser calculado normalmente, de acordo com o veículo e a distância a ser percorrida.

5.6 Só serão admitidos monitores nos veículos, a depender de comprovação de sua necessidade que ficará a cargo da Secretaria da Educação solicitar a presença do monitor nos veículos e somente será permitida a presença de um único monitor por veículo.

5.7 Fica a critério da **Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, de acordo com estudo preliminar e técnico a viabilidade econômica da origem do monitor, que não exclusivamente, deverá ser oriundo da contratada, já que após apuração dos fatos e valores, de acordo com sua imprescindibilidade, levando em consideração o custo operacional deste colaborador, poderá ser este, contratado através da SEMED, prestando serviço diretamente através do município, em consonância com a contratada.

5.8 O **valor máximo por quilômetro** descrito na tabela acima refere-se aos custos baseados no tipo de veículo, tipo de rota, e distância média a ser percorrida pelo CONTRATADA (conforme anexo A e anexo B), que deverá ser usado como teto de referência para apresentações das propostas de preços.

5.9 A rota em que se fizer necessária a presença de monitor em seu respectivo veículo, terá acréscimo de **R$ 146,00(cento e quarenta e seis reais)** por dia letivo, contendo os encargos de acordo com a planilha de composição de Preços Anexa, **cujo valor será diluído no km diário a ser percorrido em cada dia letivo.**

I) Quando houver a necessidade de monitor, após estudos técnicos, será requisitado à CONTRATADA a disponibilização desse profissional, para auxiliar no transporte dos alunos.

II) Sempre que houver a disponibilidade de monitor, será acrescentado "SIM" na planilha de composição individual, que, automaticamente, acrescentará o valor de **R$ 146,00(cento e quarenta e seis reais)**, diluído em cada quilômetro rodado por dia letivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

NULO

6.1 Sustentabilidade

6.1.1 A contratada deverá adotar na execução dos serviços, objeto dessa contratação, materiais e equipamentos menos prejudiciais ao meio ambiente, conforme orientações tecidas no subitem 5.1, do Termo de Referência, anexo ao presente processo de contratação.

6.2 Subcontratação

6.2.1 Poderá ser permitida a subcontratação, sendo considerada legítima aquela expressamente autorizada pela CONTRATANTE nas seguintes situações:

I) Na(s) hipótese(s) previstas no art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/06, desde que observadas as condições estabelecidas no **subitem 2.3** do Termo de Referência e demais determinações nele contido e no presente Contrato;

II) A CONTRATADA deverá apresentar capacidade operacional para a prestação do serviço, vedando-se a subcontratação integral do objeto;

III) A subcontratação do serviço de transporte escolar somente será admitida de forma parcial;

IV) Respeitando o **percentual de 30% das rotas/itens** vencidos por parte da licitante, se e somente se autorizado formalmente/expressamente pela CONTRATANTE, não será admitida a subcontratação ilegítima do serviço de transporte escolar.

6.2.2 Para fins de controle e fiscalização, nos casos de subcontratação lícita/permitida, o contratado deverá apresentar o(s) contrato(s), o(s) documento(s) do(s) veículo(s) e a planilha de custos dos valores especificados nos citados instrumentos no prazo de 10 (dez) dias da autorização da CONTRATANTE.

6.2.3 Nos casos em que for permitida a subcontratação por força da hipótese descrita no **subitem 14.1**, deve o licitante (por item/rota) possuir relação cível, comercial ou trabalhista formal com o proprietário do veículo e/ou condutor no momento da entrega da proposta e dos documentos de habilitação, além de se responsabilizar pela execução do serviço, mediante desconto de tributos, encargos, seguros e insumos especificados em planilha.

6.2.4 Para fins de controle e fiscalização, nos casos de subcontratação lícita/permitida, o contratado deverá apresentar o(s) contrato(s), o(s) documento(s) do(s) veículo(s) e a planilha de custos dos valores especificados nos citados instrumentos no prazo de 10 (dez) dias da autorização da CONTRATANTE.

6.3 Garantia da Contratação

6.3.1 A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução na modalidade de **seguro-garantia**, prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/anual do contrato, em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

6.3.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) e sujeitará a CONTRATADA às penalidades legalmente

estabelecidas, sem prejuízo da rescisão do contrato.

6.3.3 A apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

I) Caso não seja apresentada a apólice de seguro-garantia no prazo estabelecido em Edital, será aplicada a penalidade prevista no subitem 5.15 do item 5 do Termo de Referência.

II) A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes a vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

III) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto o § 2º, da lei 14.133/2021.

6.3.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.3.5 A garantia assegurará, o pagamento de:

I) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

IV) obrigações e ações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS e sua respectiva multa, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

6.3.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.3.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.3.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for notificada.

6.3.9 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.3.10 Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.3.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

6.3.12 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no contrato.

6.3.13 Os emitentes das garantias previstas nesta cláusula deverão ser notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

6.3.14 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, estimadas em **R$ 264.910,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e novecentos e dez reais)**, correrão à conta de Dotação Orçamentária própria, e estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes desta contratação para execução no período de 12 (doze) meses, para o atendimento estimado de 200 (duzentos) dias letivos, conforme calendário escolar padrão vigente, serão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no Orçamento da Secretaria Municipal da Educação para o exercício 2024 nas classificações abaixo:

Funcional programática:	16.1605.12.361.0139.2395
Elemento de Despesa:	339039
Fontes:	1500|00100|1020
Fichas:	20241213

8.2 As dotações orçamentárias informadas acima poderão sofrer alterações/adaptações para atender as necessidades da CONTRATANTE durante o exercício vigente.

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a medição dos serviços e com apresentação da Nota Fiscal de Serviços executados no mês anterior ao pagamento, na importância correspondente ao total de dias em que houver efetivamente o transporte de

NULO

alunos e quantidade de quilômetros rodados, devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento dos serviços e será creditado em conta bancária vinculada ao CNPJ e/ou CPF do prestador de serviços, mediante ordem bancária ou transferência em conta corrente.

V) A fatura/planilha deverá conter no mínimo os seguintes dados:

I) Data de emissão;

II) Estar endereçada à Secretaria Municipal de Educação;

III) Especificação dos serviços prestados.

VI) Quando o prestador de serviços for oriundo de outro município é necessário a emissão da RANFS (Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço).

C.P.L.
Fls. 240

9.2 Será considerado como período de medição o abrangido pelo primeiro e último dia letivo de cada mês;

9.3 O pagamento será realizado após o "atesto" pelo servidor competente da Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA. O atesto poderá ser efetuado pela CONTRATANTE após verificação da conformidade do objeto por meio do Planilha de rastreamento e monitoramento emitida pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, e/ou relatório de presença/falta enviada pela unidade escolar, e/ou por meio de outros critérios a serem definidos pela CONTRATANTE.

9.4 A comprovação do transporte de alunos poderá ser realizada pela assinatura do motorista do veículo em registro de ponto que ficará sob a responsabilidade dos diretores das unidades de ensino.

I) Será necessária a assinatura do motorista para cada período do dia trabalhado.

II) A Administração poderá estabelecer, a seu critério, outras formas de controle do transporte de escolares.

9.5 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem 17.8.

9.6 Para efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente atualizados:

I) Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;

II) Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS);

III) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;

IV) Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

V) Comprovante de Recolhimento dos Impostos Incidentes sobre a execução do objeto (ISS, PIS, COFINS, FGTS, Simples Nacional, IR + Contribuição Social sendo estes dois últimos trimestralmente);

VI) Comprovante de cadastramento do(s) monitor(es) e motorista(s) expedido pelo DETRAN-TO;

VII) GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social) e Folha de pagamento dos motoristas e monitores;

NULO

CPL
Fls 139

VIII) Relatório de execução do serviço de transporte escolar contendo o itinerário, nome do motorista, número de alunos, placa do veículo, escola atendida, atestado pelo fiscal do contrato;

IX) Comprovante de pagamento das apólices de seguro, parcela única ou em caso de parcelamento apresentar todo mês o pagamento da parcela.

9.7 Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

Forma de pagamento

9.8 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

II) Será efetuada a retenção tributária do Imposto de Renda, prevista na Instrução Normativa Municipal nº 003, de 3 de agosto de 2023, nos pagamentos efetuados a fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, na forma da Instrução Normativa RFB n.º 1234, de 11 de janeiro de 2012.

III) A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor do IR a ser retido na operação, conforme enquadramento previsto na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

IV) A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

V) Em caso de pagamentos com glosa de valores constantes na nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção deverá incidir sobre o valor original da nota.

VI) As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, não estarão sujeitas à retenção de IR. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

NULO

10.1 O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e art. 69 do Decreto Municipal nº 258/2024, e ainda, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107, da lei nº 14.133/21, por se tratar de um serviço contínuo.

10.2 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

10.3 Todos os veículos deverão ter equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo.

10.4 Todos os veículos deverão ser equipados com equipamentos eletrônicos de GPS, para monitoramento em tempo real, acompanhamento das Rotas e emissão de relatórios mensais, devendo estar equipado no momento da vistoria.

10.5 Caberá à Diretoria de Transporte da CONTRATANTE a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas percorridas, aferindo o total de quilômetros percorridos.

10.6 Todos os veículos passarão por vistorias pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, no início do ano letivo ou quando houver necessidade. Nesses casos, a Diretoria de Transporte emitirá Laudo/parecer sobre as condições para tráfego visando a correção de irregularidades e/ou substituição imediata do veículo, conforme o caso.

10.7 Assistirá à CONTRATANTE o direito de rejeitar qualquer empregado da CONTRATADA e solicitar sua substituição, caso não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, por ganhos se este a respeitar e acatar as decisões tomadas pela CONTRATANTE.

10.8 A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da CONTRATANTE.

10.9 A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

10.10 Os empregados da CONTRATADA não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, qualquer despesas com alimentação, locomoção, taxas, multas e impostos dos veículos e dos motoristas, não cabendo à CONTRATANTE qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

10.11 Não poderá haver falhas na prestação do serviço, pois este é contínuo e essencial, conforme disposição da lei Municipal nº 3283, de 13 de setembro de 2021 e Termo de Referência, e a falha acarreta prejuízos para a administração.

C.P.L.
Fls.
NULO
252

10.11.1 O inadimplemento resultará na aplicação de sanções cabíveis, podendo gerar a rescisão contratual.

10.12 Na hipótese de falha mecânica no veículo oficial que faz o transporte escolar e/ou outros imprevistos de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá dar continuidade ao serviço com um veículo reserva, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas extraordinárias.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE ESTRITO

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, tendo em vista a vedação legal da sua prorrogação, o que inviabiliza os reajustes com base em tabelas de índices após o interregno de um ano.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Todos os veículos deverão ter equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo.

12.2 Todos os veículos devem ser equipados com equipamentos eletrônicos de GPS, para monitoramento em tempo real, e acompanhamento das rotas e emissão de relatórios mensais, devendo estar equipado no momento da vistoria.

12.3 A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as regras e condições descritas neste Contrato e no Termo de Referência e se obriga, ainda, a:

I) Iniciar os serviços imediatamente após a Ordem de Serviço;

II) Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

III) Prestar os serviços, objeto do presente Termo de Referência, de forma ininterrupta;

IV) Prestar os esclarecimentos necessários que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

V) Relatar, imediatamente e, por escrito, à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada durante a prestação dos serviços;

VI) Percorrer, rigorosamente, as rotas previamente estabelecidas e garantir que o(s) aluno(s) esteja(m) na unidade escolar no início das aulas;

VII) Confeccionar, com base em informações disponibilizadas pelas unidades escolares, carteiras de identificação dos estudantes usuários dos serviços de transporte escolar, para fins de controle de embarque e desembarque nos veículos com indicação do nome do estudante, rota utilizada, unidade de ensino matriculado e turno correspondente, dentre outras informações que julgarem necessárias;

VIII) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

IX) Disponibilizar à CONTRATANTE, os empregados, preferencialmente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os equipamentos de Proteção Individual – EPI's, quando for o caso.

NULO

253
Fls

C.P.L.
Fls 118

X) Apresentar à CONTRATANTE, quando do início das atividades, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados que serão alocados para a prestação dos serviços, bem como a documentação necessária para a comprovação de atendimento dos requisitos exigidos neste Termo de Referência;

XI) Informar toda e qualquer alteração no quadro de colaboradores deve ser informada para a CONTRATANTE, com indicação dos dados dos novos empregados;

XII) Substituir os empregados nos casos de eventuais ausências, tais como férias, faltas, licenças e outros impedimentos/afastamentos;

XIII) Pagar o salário dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, através de depósito bancários na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência por parte da Administração;

XIV) Comprovar o pagamento das verbas rescisórias no mês da sua ocorrência;

XV) Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em feriados, exceto em casos de deslocamentos extraordinários na forma prevista neste instrumento, mediante prévia solicitação, garantida a respectiva compensação das horas ou a justa contraprestação ao trabalhador, observados os limites da legislação trabalhista.

12.4 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA orientar seus colaboradores quanto à necessidade de atender as orientações e normas internas da Administração, bem como as normas de segurança do trabalho.

12.5 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.6 Fornecer cópia de documentos à CONTRATANTE, bem como os originais, de acordo com a relação a seguir descrita:

I) Escala de trabalho com todos os profissionais alocados, compatível com as planilhas de custos e formação de preços apresentadas, observados os limites da legislação trabalhista. Deverá haver a apresentação da escala no início da prestação dos serviços, bem como após qualquer modificação que se faça necessária durante o período de execução do contrato.

II) Cópia do contrato de trabalho e do acordo ou da convenção coletiva de trabalho, relativos à categoria profissional a que pertence o trabalhador, para que se possa verificar o cumprimento das respectivas cláusulas;

III) Registro de emprego e cópia das páginas da carteira de trabalho e Previdência Social, atestando a contratação;

IV) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização dos exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função);

V) Cópias de documento que caracterizem o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO;

VI) Comprovante de cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP;

ANULADO

C.P.L.
Fls 109

VII) Cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, em que constem as horas trabalhadas, normais e extraordinárias, se for o caso;

VIII) Recibo de aviso de férias (30 dias antes do respectivo gozo);

IX) Recibo de pagamento, atestando o recebimento de salários mensais e adicionais, férias, abono pecuniário e 13º Salário (1ª e 2ª parcelas), quando da época própria, além de salário-família, caso devido, assinado pelo empregado ou, conforme o artigo 464 da CLT, acompanhado de comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador;

X) Comprovantes de fornecimento de vale transporte, quando for o caso;

XI) Comprovantes de recolhimento da contribuição sindical e outras devidas aos sindicatos, se for o caso, na época própria;

XII) Comprovante de entrega da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;

XIII) Documento que ateste o recebimento de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletiva, se o serviço assim o exigir;

XIV) Documento que comprove a concessão de aviso prévio trabalhado ou indenizado, seja qual for a modalidade de encerramento de vínculo empregatício;

XV) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o respectivo benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo); e

XVI) Cópia de Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção de contrato por prazo determinado.

12.7 Não permitir a utilização do trabalho de menor de idade.

12.8 Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados.

12.9 Na execução dos serviços, o combustível, os condutores do veículo e os monitores serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

12.10 Encaminhar, mensalmente, os comprovantes de pagamento das verbas trabalhistas dos empregados da empresa e os demais documentos nas condições estabelecidas no item 5.6.

12.11. Autorizar a CONTRATANTE a proceder com desconto na fatura e realizar o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.12 Desde que não contrarie as normas intersindicais, poderá ser prevista compensação de horas não trabalhadas em feriados públicos não coincidentes com os da iniciativa privada, podendo ser trabalhado como horas suplementares em dias úteis ou aos sábados.

12.13 Controlar as compensações através de banco de horas em observância às normas trabalhistas.

12.14 Cumprir fielmente os acordos coletivos, bem como as obrigações trabalhistas correspondentes.

NULO

12.15 Apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos dos condutores dos veículos que, para a execução dos serviços, deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação na categoria D, além de certificado que comprove sua aprovação em curso especializado na condução de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN/TO e deverão cumprir todas as exigências do Código Nacional de Trânsito principalmente nas que exigem os artigos nº 138 e 139, bem como, apresentar os demais documentos descritos no Termo de Referência.

12.16 A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos contestável resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da CONTRATANTE.

12.17 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, que deverá arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a terceiros ou a CONTRATANTE.

12.18 Na hipótese de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de um modo geral, roubos, furtos, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos ao veículo locado, ou a terceiros, por culpa ou não da CONTRATADA, ou de seus prepostos, esta providenciará a devida comunicação para elaboração do B.O. – Boletim de Ocorrência, quando for o caso, bem como a remoção, despesa com guinchos, franquias de seguro, se for o caso, e outras despesas relativas aos veículos envolvidos no evento danoso.

12.19 Além do disposto no item anterior, em caso de acidentes, a CONTRATADA deverá tomar todas as medidas legais cabíveis, inclusive providenciando socorro imediato ao(s) acidentado(s) e à desobstrução da pista de rolamento. Procurar socorro através do acionamento das Polícias Rodoviária Estadual ou Federal e Corpo de Bombeiros, bem como comunicar sobre o ocorrido à Diretoria de Transporte da CONTRATANTE e à Unidade Escolar de destino ou origem dos alunos.

12.20 Promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos sofridos, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso.

12.21 A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

12.22 Responsabilizar-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito, ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço da CONTRATANTE.

12.23 Exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

12.24 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção do respeito e cortesia no relacionamento entre colegas e passageiros.

12.25 Substituir o motorista no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, caso haja solicitação da CONTRATANTE, obedecidas as disposições do item 7.1 deste Termo de Referência.

12.26 A CONTRATADA deverá substituir o monitor de alunos que tiver mal comportamento no desempenho de suas funções.

12.27 Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e das peças desgastadas, disponibilizando, se necessário, o plano de manutenção do veículo à Diretoria de Transporte, para eventuais fiscalização ou auditoria.

12.28 A CONTRATADA será responsável por toda e qualquer manutenção preventiva ou corretiva do veículo, sempre que necessário, estando inclusos nos serviços de manutenção:

I) Toda e qualquer mão-de-obra utilizada na execução dos serviços;
II) Limpeza interna e externa do veículo;
III) Lubrificação dos principais grupos mecânicos;
IV) Controle dos principais reguladores;
V) Verificação do funcionamento geral do veículo;
VI) Verificação das partes elétrica, eletrônica e mecânica;
VII) Reposição das peças;
VIII) Dentre outros.

12.29 Os veículos deverão estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, comprovado por meio de laudo de vistoria veicular, realizada por equipe técnica da CONTRATANTE, a qual poderá solicitar, junto à CONTRATADA, correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas durante apresentação do veículo, ou até mesmo, a depender do caso, substituí-lo de forma imediata à solicitação da CONTRATANTE.

12.30 Manter, à sua disposição, veículos reservas em perfeito estado de conservação e características compatíveis com os veículos que serão substituídos, ou seja, que atendam aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência e no Contrato, para utilização sempre que for necessário.

12.31 Em caso de substituição do veículo, qualquer que seja a motivação, a CONTRATADA obriga-se a informar e remeter à CONTRATANTE todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte escolar.

12.32 Todas as despesas, taxas, impostos dos veículos, dos motoristas e monitores são de responsabilidade da CONTRATADA.

12.33 Entregar as respectivas notas fiscais imediatamente ao encerramento do mês de prestação dos serviços (prazo máximo 3 dias úteis), compreendendo os trabalhos prestados entre primeiro e último dia de cada mês na sede da Secretaria, acompanhado da documentação pertinente.

12.34 Apresentar relatório mensal por veículo e por rota, ilustrando a idade da frota efetivamente utilizada na prestação dos serviços.

12.35 Eventual atraso na entrega das notas fiscais ou do relatório acima referenciado poderá acarretar encargos moratórios relativos à contribuição previdenciária. Nesta hipótese, o ônus deverá ser suportado pela CONTRATADA.

12.36 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a disponibilização do corpo funcional necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais. O inadimplemento resultará na aplicação das sanções cabíveis, inclusive, podendo incorrer em rescisão contratual.

12.37 No ato da contratação, a CONTRATADA deverá estar devidamente regularizada com as questões tributárias e jurídicas (CND: Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Débitos trabalhista).

12.38 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, bem como apresentar a cada fatura/planilhas, comprovação de regularidade fiscal. (Art. 91, § 4º, da Lei n.º 14.133/21).

12.39 Após a formalização do contrato, deve a CONTRATADA instalar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório na cidade de Araguaína, devidamente estruturado, para atender as demandas da CONTRATANTE, de maneira a cumprir as obrigações constantes neste Termo de Referência. Tal obrigação é justificada pelas peculiaridades do contrato, que exige contato direto com o corpo administrativo da empresa e as informações imediatas com relação aos documentos vinculados à contratação.

Não poderá haver falhas na prestação do serviço, pois este é contínuo e essencial, e a falha acarreta prejuízos para a administração. O inadimplemento resultará na aplicação das sanções cabíveis, podendo gerar rescisão contratual.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Caberá à Diretoria de Transporte da CONTRATANTE a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas percorridas, aferindo o total de quilômetros percorridos.

13.2 Todos os veículos passarão por vistorias pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, no início do ano letivo ou quando houver necessidade. Nesses casos, a Diretoria de Transporte emitirá laudo/parecer sobre as condições para tráfego, visando a correção de irregularidades e/ou substituição imediata do veículo conforme o caso.

13.3 Proporcionar para a CONTRATADA todas as condições para a execução dos serviços contratados.

13.4 Efetuar o pagamento das Notas Fiscais referentes à execução dos serviços contratados, nos termos e condições estabelecidas.

13.5 Fiscalizar a execução dos serviços contratados.

13.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e comunicar por escrito e tempestivamente sobre qualquer alteração ou irregularidade no fornecimento dos serviços e ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

13.7 Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, concedendo-lhe prazo para que a regularize, sob pena de aplicação de sanções legais e contratuais previstas.

13.8 A CONTRATANTE se reserva no direito de realizar ela própria ou com a ajuda de terceiros, Auditoria e Fiscalização dos serviços da CONTRATADA, de modo a verificar se as condições exigidas estão sendo cumpridas pela CONTRATADA, bem como realizar Pesquisa de satisfação quanto ao atendimento prestado por ela.

13.9 Assistirá à CONTRATANTE o direito de rejeitar qualquer empregado da CONTRATADA e solicitar sua substituição, caso não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se este a respeitar e acatar as decisões tomadas pela CONTRATANTE.

13.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos disponibilizados para o serviço, caso estes afastem-se das especificações do contrato, deste Contrato e seus Anexos e da Proposta da CONTRATADA.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos

NULO

13.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e comunicar por escrito e tempestivamente sobre qualquer alteração ou irregularidade no fornecimento dos serviços e ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA. 258

13.7 Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, concedendo-lhe prazo para que a regularize, sob pena de aplicação de sanções legais e contratuais previstas.

C.P.L. Fls. 124

13.8 A CONTRATANTE se reserva no direito de realizar ela própria ou com a ajuda de terceiros, Auditoria e Fiscalização dos serviços da CONTRATADA, de modo a verificar se as condições exigidas estão sendo cumpridas pela CONTRATADA, bem como realizar Pesquisa de satisfação quanto ao atendimento prestado por ela.

13.9 Assistirá à CONTRATANTE o direito de rejeitar qualquer empregado da CONTRATADA e solicitar sua substituição, caso não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se este a respeitar e acatar as decisões tomadas pela CONTRATANTE.

13.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos disponibilizados para o serviço, caso estes afastem-se das especificações do contrato, deste Contrato e seus Anexos e da Proposta da CONTRATADA.

14 CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos

NULO
259
Fls

C.P.L.
Fls. 125

e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

15.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme artigo 89, inciso VII, § 1º do decreto Municipal nº 258/2024.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 São requisitos para o profissional motorista:

I) Idade superior a 21 (vinte e um anos);

II) Ter carteira nacional de Habilitação de categoria tipo "D";

NULO

III) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

IV) Ser aprovado em curso especializado de transporte escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

260
Fls

16.2 O motorista deverá:

I) Responsabilizar-se pela condução do veículo, transportando os escolares até o final do itinerário;

C.P.L.
Fls. 126

II) Trajar-se adequadamente;

III) Tratar a todos com urbanidade e respeito;

IV) Fazer embarque e desembarque em locais adequados e seguros;

V) Manter o veículo em condições de higiene, conforto e segurança;

VI) Verificar e assegurar que todos estejam utilizando o cinto de segurança e que as portas estejam devidamente fechadas;

VII) Efetuar, sempre que necessário, a solicitação de ações de manutenções preventivas e corretivas do veículo, além de manter controle destas ações;

VIII) Relatar toda e qualquer irregularidade observada na execução dos serviços;

IX) Executar demais serviços correlatos com atribuições.

16.3 O monitor deverá:

I) Trajar-se adequadamente;

II) Orientar e conduzindo adequadamente o embarque dos alunos, bem como acompanhar no desembarque do veículo até a entrada na unidade de ensino;

III) Tratar com urbanidade os escolares e o público;

IV) Manter as janelas localizadas junto aos assentos dos escolares abertas, quando necessário, de maneira a evitar riscos de acidentes;

V) Orientar e coibindo os escolares quanto a comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;

VI) Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos escolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros.

16.4 Na execução dos serviços é terminantemente proibido ao motorista:

I) Fumar, usar bebidas alcoólicas ou outro tipo de substância química que comprometa o estado de lucidez;

II) Ausentar-se do veículo, salvo por atos urgentes;

III) Abastecer ou fazer manutenção com os escolares dentro do veículo;

IV) Conduzir com excesso de lotação e qualquer tipo de passageiros em pé no interior do veículo;

V) Conduzir com excesso de velocidade e/ou sem a plena observância das regras de trânsito;

VI) Portar ou manter no veículo arma branca ou de fogo;

VII) Manter portas abertas quando o veículo estiver em movimento;

VIII) Permitir o transporte de escolares em pé ou em locais inadequados;

IX) Transportar objetos que dificultem a acomodação dos estudantes.

16.5 Na execução dos serviços é terminantemente proibido ao monitor:

I) Fumar, usar bebidas alcoólicas ou outro tipo de substância química que comprometa o estado de lucidez;

II) Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e pôr em risco de acidentes;

III) Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento;

IV) Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou em quantidade superior ao número de assentos;

V) Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie.

17 CLAUSULA DECIMA SETIMA - DO PREPOSTO

17.1 A CONTRATADA manterá preposto, que deverá ser aceito pela CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do contrato, a fim de representa-lo administrativamente sempre que for necessário.

17.1.1 Em caso de alteração do Preposto indicado, deverá a CONTRATADA informar formalmente para a CONTRATANTE.

17.2 A indicação do preposto se dará mediante declaração, onde constara o seu nome completo, o número do CPF e do documento de identidade, bem como os dados relacionados à sua qualificação profissional.

17.3 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas/planilhas dos serviços prestados.

17.4 O preposto da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços a serem contratados, sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto à CONTRATANTE, mantendo sempre alinhamento operacional, de maneira que os contratempos não interfiram na realização final da prestação de serviço.

18 CLAUSULA DECIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em outros documentos que o complementam, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21 e

NULO

C.P.L.
Fls. 112

C.P.L. Fls. 128

FOLHA 130

Rubrica

NULO

alterações, sem prejuízo das penalidades e multas previstas no edital do processo licitatório, bem como de outras penalidades cabíveis.

262 Fls

18.2 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no **prazo de 05 (cinco) dias úteis** a contar da data em que a CONTRATADA receber a notificação.

18.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos dos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela autoridade competente, garantida prévia defesa e contraditório:

I) Advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II) Multa Moratória, aplicada caso ocorra atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora;

III) Multa compensatória de 2% (dois porcento), sobre o valor do contrato, em conformidade ao previsto no art. 156, § 3º, da Lei 14.133/2021;

a) Impedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências: ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado:

Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do contrato:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) execução do contrato:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

263
Fls

18.4 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

18.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

18.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União– GRU, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

18.8 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

18.9 É admitida a reabilitação CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

I) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II) pagamento da multa;

III) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no art. 163 da Lei 14.133/2021.

19.10 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19.11 As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, no Portal da Transparência do CONTRATANTE, no SICAF Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

NULO

264
Fls

19.12 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.13 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

19.14 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas no contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

19.15 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos CONTRATANTES de controle.

19.16 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

19.17 A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

18.10 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1 O contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pela Administração, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

19.2 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.3 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

19.4 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

19.5 A resposta para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será dada à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, contado da protocolização.

20 – CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Fica nomeado como Gestor do presente instrumento contratual **THIAGO LIMA COELHO FRANCISCO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 53647, e como suplente **AFONSO JALES MARTINS DUARTE**, matrícula nº 59559.

21 – CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1 O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização, quando:

I) Não cumprir qualquer das obrigações assumidas;
II) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia ou expressa anuência da CONTRATANTE.

21.2 O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, quando atendidas as conveniências do Município e o interesse público, bem como a disponibilidade de recursos financeiros, tendo a CONTRATADA o direito a receber da CONTRATANTE os valores que tem direito.

21.3 A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, no caso de não cumprimento do contrato a contendo, transferi-lo a terceiros ou a executá-lo diretamente, sem que à CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

22 – CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

22.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

22.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

NULO

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- DA PUBLICAÇÃO

23.1 Caberá à CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme estabelece o art. 175, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/95.

066
FL

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- DO FORO

24.1 É competente o Foro da Comarca de Araguaína/TO para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

24.2 E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

25.2 A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

25.3 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelo e-mail: [Inserir e-mail da unidade gestora].

25.4 Alterações nos e-mails apresentados no item anterior, serão comunicadas, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

25.5 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

25.6 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

I) a compatibilidade com a finalidade especificada;
II) o interesse público
III) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

25.7 E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

NULO

Araguaína/TO, 27 de maio de 2024

267
Fls

C.P.L.
FLS. 133

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
CNPJ nº 17.387.248/0001-23
representada por
ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA
CONTRATANTE

EMPRESA

SANTA FE TRANSPORTES E SERVICOS LTDA:28790099000191

Assinado de forma digital por SANTA FE TRANSPORTES E SERVICOS LTDA:28790099000191

SANTA FE TRANSPORTES E SERVICOS LTDA
CNPJ nº 28.099/0001-91
representada por seu administrador
EDIVALDO TAVARES DA SILVA
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF: 052.297.221-30

Nome:
CPF: 059.991.[illegible]-40

C.P.L.
Fls. 134

NULO

CONTRATO Nº 168/2024

FOLHA 156

Rúbrica

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA – TO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E A EMPRESA R2S-CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.830.793/0001-39 através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.387.148/0001-23, estabelecido na Avenida Bernardo Sayão, nº 499, Entroncamento, nesta cidade, neste ato representado(a) pelo(a) **SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, Sra. **ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA**, brasileira, casada, portador da Carteira de Identidade nº 031.835 2º VIA SSP/TO e inscrita no CPF/MF sob o nº 633.482.251-91, residente e domiciliada Rua Anchieta, Qd. 06, Lt. 05, nº 162, Setor Noroeste, na cidade de Araguaína/TO, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **R2S-CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.859.713/0001-12, estabelecida à Rua das Pitombeiras s/n, Qd. 33, Lt. 02, sala 01, Bairro da Cimba, Cidade de Araguaína/TO representada por **RANYERI SILVA SOUSA**, portador do Rg. 267.207 SSP/TO e do CPF: Nº 810.704.031-72, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente Contrato, vinculando-se as partes ao Termo de Referência e sujeitando-se as propostas e cláusulas a seguir expressas, que são definidoras de direitos, obrigações e responsabilidades.

1ª CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de Pessoa Jurídica especializada em prestação de Serviços de Transporte Escolar, para atender aos alunos da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino de Araguaína – TO, em estradas pavimentadas e não pavimentadas, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com Calendário Escolar Padrão da Rede Municipal de Ensino, através de veículos adequados para transporte escolar, devidamente abastecidos, com motorista e monitor (quando necessário), para atender as

C.P.L.
Fls. 135
FOLHA 157
Rubrica

NULO

216
Fls

necessidades deste município.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1 O presente Contrato está vinculado ao Edital, Termo de Referência e seus respectivos Anexos, em todo o seu teor, a qual será aplicado, onde o contrato for omisso.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Termo de Referência (item 4), apêndice deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS

Tipo do veículo	Especificação mínima	Quant. de rotas	Km total médio diário das rotas	Total de meses
A	Veículo com capacidade de transportar no mínimo 09 (nove) e no máximo 12 (doze), passageiros (alunos).	01	715	12
C	Veículo com capacidade de transportar no mínimo 23 (vinte e três) e no máximo 50 (cinquenta) passageiros (alunos).	01	70	12

4.1 Os veículos utilizados para a prestação dos serviços devem estar em perfeitas condições de uso e ter a capacidade compatível com a quantidade de passageiros a serem transportados por rota, tendo em vista que o Guia de Transporte Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE estabelece que *"para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso"*.

4.2 Quanto à idade operacional dos veículos usados no transporte de escolares, não poderá ultrapassar a 15 (quinze) anos, desde que aprovado na inspeção semestral, sendo que para inclusão ou substituição será no máximo de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 10, da Resolução do CETRAN-TO nº 006, de 26 de agosto de 2009.

4.3 Todos os veículos deverão possuir:

I) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) vigente ou nota fiscal, em caso de veículos novos, devidamente registrados no DETRAN como veículo de passageiros, além de apresentar Seguro DPVAT devidamente quitado, laudo com aprovação da vistoria e selo expedido pelo Órgão responsável de Trânsito;

II) Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

III) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de uso;

IV) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

V) Deverão estar segurados com cobertura total para qualquer tipo de sinistro, incluindo RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Morais/Estético) cobertura mínima de R$ 10.000,00, RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Materiais) cobertura mínima de R$ 10.000,00 por ocupante, RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Corporais) cobertura mínima de R$ 10.000,00 por ocupante, APO - Morte (por Ocupante) cobertura mínima de R$ 20.000,00, APO – Invalidez (por ocupante) cobertura mínima de R$ 20.000,00;

VI) Cintos de segurança em número correspondente ao da lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente e em perfeitas condições de uso:

I) Para o condutor, o cinto de segurança deverá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator.

II) Para os passageiros, o cinto de segurança poderá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator, ou do tipo subabdominal.

VII) Todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previsto no Código de Trânsito Brasileiro e Normatizações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

VIII)Todos os veículos deverão ter instalado um sistema completo de rastreamento e monitoramento e com função para emitir relatórios de quilometragem de cada veículo, sendo que o sistema disponibilizado deverá manter salvo todos os dados durante o contrato para quando houver a necessidade da CONTRATANTE de realizar consulta e/ou emitir relatórios.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DE ROTAS

VEÍCULOS DO TIPO A (VAN)							
Ordem	**Rota/Itinerário**	**Código da Rota**	**Tipo do veículo**	**Km médio diário estimado**	**Dias letivos**	**Valor máximo do Km/dia R$**	**Monitor**
1	TRÊS RIACHOS/ FAZ. AGROCELL/ ASSENTA. RIO PRETO	106-O-109	VAN	186,00	200	4,93	NÃO
TOTAL TIPO "A" R$ 183.396,00 (cento e oitenta e três mil e trezentos e noventa e seis reais)							

VEÍCULO DO TIPO C (ÔNIBUS)							
Ordem	Rota/itinerário	Código da Rota	Tipo do veículo	Km médio diário estimado	Dias letivos	Valor máximo do Km/dia R$	Monitor
2	CHÁC. YPÊ/ JARDIM DOS YPÊ/ ARAGUAÍNA	105-N-110	ÔNIBUS	70	200	11,72	SIM
TOTAL TIPO "C" R$ 164.080,00 (cento e sessenta e quatro mil e oitenta reais)							
TOTAL GERAL ESTIMADO DO CONTRATO R$ 347.476,00(trezentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e setenta e seis reais)							

5.1 Os percursos das rotas poderão ser alterados pela CONTRATANTE, conforme as necessidades dos serviços, não podendo ser alterados em hipótese nenhuma pela CONTRATADA.

Fls. 218

5.2 A distância percorrida em cada rota é medida do ponto de entrada do primeiro aluno até a entrega do último aluno na sua respectiva Unidade Escolar, e o encerramento da jornada inicia com a entrada do aluno na primeira Unidade Escolar até a entrega do último aluno, cujos pontos e horários serão definidos pela CONTRATANTE na descrição do percurso.

5.3 Eventuais alterações de rotas, provocadas por entrada e saída de alunos, não superiores a 5% da distância percorrida, não provocam mudanças nos valores contratados.

5.4 Alterações em trajetos/percursos que ultrapassarem 5% da distância anteriormente percorrida, serão objeto de mudança no valor da rota e, consequentemente, do contrato, ficando a alteração limitada em no máximo 25% do valor total contratado, nos termos da lei.

5.5 Poderá ocorrer a inclusão, supressão ou unificação de rotas a critério da Secretaria da Educação. Tal fato não ocasionará nenhum tipo de indenização, devendo o seu custo ser calculado normalmente, de acordo com o veículo e a distância a ser percorrida.

5.6 Só serão admitidos monitores nos veículos, a depender de comprovação de sua necessidade que ficará a cargo da Secretaria da Educação solicitar a presença do monitor nos veículos e somente será permitida a presença de um único monitor por veículo.

5.7 Fica a critério da **Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, de acordo com estudo preliminar e técnico a viabilidade econômica da origem do monitor, que não exclusivamente, deverá ser oriundo da contratada, já que após apuração dos fatos e valores, de acordo com sua imprescindibilidade, levando em consideração o custo operacional deste colaborador, poderá ser este, contratado através da SEMED, prestando serviço diretamente através do município, em consonância com a contratada.

5.8 O **valor máximo por quilômetro** descrito na tabela acima refere-se aos custos baseados no tipo de veículo, tipo de rota, e distância média a ser percorrida pelo CONTRATADA (conforme anexo A e anexo B), que deverá ser usado como teto de referência para apresentações das propostas de preços.

5.9 A rota em que se fizer necessária a presença de monitor em seu respectivo veículo, terá acréscimo de **R$ 146,00(cento e quarenta e seis reais)** por dia letivo, contendo os encargos

C.P.L. Fls. 138

NUL 195

de acordo com a planilha de composição de Preços Anexa, **cujo valor será diluído no km diário a ser percorrido em cada dia letivo.**

I) Quando houver a necessidade de monitor, após estudos técnicos, será requisitado à CONTRATADA a disponibilização desse profissional, para auxiliar no transporte dos alunos.

II) Sempre que houver a disponibilidade de monitor, será acrescentado "SIM" na planilha de composição individual, que, automaticamente, acrescentará o valor de **R$ 146,00(cento e quarenta e seis reais)**, diluído em cada quilômetro rodado por dia letivo.

219 Fls

6. CLÁUSULA SEXTA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Sustentabilidade

6.1.1 A contratada deverá adotar na execução dos serviços, objeto dessa contratação, materiais e equipamentos menos prejudiciais ao meio ambiente, conforme orientações tecidas no subitem 5.1, do Termo de Referência, anexo ao presente processo de contratação.

6.2 Subcontratação

6.2.1 Poderá ser permitida a subcontratação, sendo considerada legítima aquela expressamente autorizada pela CONTRATANTE nas seguintes situações:

I) Na(s) hipótese(s) previstas no art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/06, desde que observadas as condições estabelecidas no **subitem 2.8** do Termo de Referência e demais determinações nele contido e no presente Contrato;

II) A CONTRATADA deverá apresentar capacidade operacional para a prestação do serviço, vedando-se a subcontratação integral do objeto;

III) A subcontratação do serviço de transporte escolar somente será admitida de forma parcial;

IV) Respeitando o **percentual de 30% das rotas/itens** vencidos por parte da licitante, se e somente se autorizado formalmente/expressamente pela CONTRATANTE, não será admitida a subcontratação ilegítima do serviço de transporte escolar.

6.2.2 Para fins de controle e fiscalização, nos casos de subcontratação lícita/permitida, o contratado deverá apresentar o(s) contrato(s), o(s) documento(s) do(s) veículo(s) e a planilha de custos dos valores especificados nos citados instrumentos no prazo de 10 (dez) dias da autorização da CONTRATANTE.

6.2.3 Nos casos em que for permitida a subcontratação por força da hipótese descrita no **subitem 14.1**, deve o licitante (por item/rota) possuir relação cível, comercial ou trabalhista formal com o proprietário do veículo e/ou condutor no momento da entrega da proposta e dos documentos de habilitação, além de se responsabilizar pela execução do serviço, mediante desconto de tributos, encargos, seguros e insumos especificados em planilha.

6.2.4 Para fins de controle e fiscalização, nos casos de subcontratação lícita/permitida, o contratado deverá apresentar o(s) contrato(s), o(s) documento(s) do(s) veículo(s) e a planilha de custos dos valores especificados nos citados instrumentos no prazo de 10 (dez) dias da autorização da CONTRATANTE.

C.P.L.
Fls 139

NULO

6.3 Garantia da Contratação

6.3.1 A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução na modalidade de **seguro-garantia**, prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor inicial/anual do contrato, em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

6.3.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) e sujeitará a CONTRATADA às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão do contrato.

6.3.3 A apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

I) Caso não seja apresentada a apólice de seguro-garantia no prazo estabelecido em Edital, será aplicada a penalidade prevista no subitem 5.15 do item 5 do Termo de Referência.

II) A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

III) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto art. 96, § 2º, da Lei 14.133/2021.

6.3.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.3.5 A garantia assegurará, o pagamento de:

I) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

IV) obrigações e ações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS e sua respectiva multa, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

6.3.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.3.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.3.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for notificada.

6.3.9 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.3.10 Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.3.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

6.3.12 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no contrato.

6.3.13 Os emitentes das garantias previstas nesta cláusula deverão ser notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

6.3.14 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação estimadas em **R$ 347.476,00 (trezentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e setenta e seis reais)**, correrão à conta de Dotação Orçamentária própria, e estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes desta contratação para execução no período de 12 (doze) meses, para o atendimento estimado de 200 (duzentos) dias letivos, conforme calendário escolar padrão vigente, serão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no Orçamento da Secretaria Municipal da Educação para o exercício 2024 nas classificações abaixo:

Funcional programática:	16.1605.12.361.0139.2395
Elemento de Despesa:	339039
Fontes:	1500100010010020
Fichas:	20241213

8.2 As dotações orçamentárias informadas acima poderão sofrer alterações/adaptações para atender as necessidades da CONTRATANTE durante o exercício vigente.

NULO

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 O **pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias**, após a medição dos serviços e com apresentação da Nota Fiscal de Serviços executados no mês anterior ao pagamento, na importância correspondente ao total de dias em que houver efetivamente o transporte de alunos e quantidade de quilômetros rodados, devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento dos serviços e será creditado em conta bancária vinculada ao CNPJ e/ou CPF do prestador de serviços, mediante ordem bancária ou transferência em conta corrente.

Fls. 141

V) A fatura/planilha deverá conter no mínimo os seguintes dados:

I) Data de emissão;

II) Estar endereçada à Secretaria Municipal da Educação;

III) Especificação dos serviços prestados.

VI) Quando o prestador de serviços for oriundo de outro município, é necessário a emissão da RANFS (Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço).

9.2 Será considerado como período de medição, o abrangido pelo primeiro e último dia letivo de cada mês;

9.3 O pagamento será realizado após o "atesto" pelo servidor competente da Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA. O atesto poderá ser efetuado pela CONTRATANTE após verificação da conformidade do objeto por meio do Planilha de rastreamento e monitoramento emitida pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, e/ou relatório de presença/falta enviada pela unidade escolar, e/ou por meio de outros critérios a serem definidos pela CONTRATANTE.

9.4 A comprovação do transporte de alunos poderá ser realizada pela assinatura do motorista do veículo em registro de ponto que ficará sob a responsabilidade dos diretores das unidades de ensino.

I) Será necessária a assinatura do motorista para cada período do dia trabalhado.

II) A Administração poderá estabelecer, a seu critério, outras formas de controle do transporte de escolares.

9.5 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no **subitem 17.8**.

9.6 Para efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente atualizados:

I) Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;

II) Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS);

III) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;

IV) Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

V) Comprovante de Recolhimento dos Impostos incidentes sobre a execução do objeto (ISS, PIS, COFINS, FGTS, Simples Nacional, IR e Contribuição Social) sendo estes dois últimos trimestralmente;

VI) Comprovante de cadastramento do(s) monitor(es) e motoristas, expedido pelo DETRAN-TO;

VII) GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social) e Folha de pagamento dos motoristas e monitores;

VIII) Relatório de execução do serviço de transporte escolar contendo o itinerário, nome do motorista, número de alunos, placa do veículo, escola atendida, atestado pelo fiscal do contrato;

IX) Comprovante de pagamento das apólices de seguro parcela única ou em caso de parcelamento apresentar todo mês o pagamento da parcela.

9.7 Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

Forma de pagamento

9.8 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

II) Será efetuada a retenção tributária do Imposto de Renda, prevista na Instrução Normativa Municipal n.º 003, de 3 de agosto de 2023, nos pagamentos efetuados a fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

III) A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor do IR a ser retido na operação, conforme enquadramento previsto na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

IV) A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

V) Em caso de pagamentos com glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção deverá incidir sobre o valor original da nota.

VI) As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro

de 2006, em relação as suas receitas próprias, não estarão sujeitas a retenção de I.R. No entanto, o pagamento ficara condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

224

10. CLAUSULA DECIMA - DA VIGENCIA DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021 e art. 69 do Decreto Municipal nº 258/2024, e ainda, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da lei nº 14.133/21, por se tratar de um serviço continuo.

10.2. Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

10.3. Todos os veículos deverão ter equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo.

10.4. Todos os veículos deverão ser equipados com equipamentos eletrônicos de GPS, para monitoramento em tempo real, acompanhamento das Rotas e emissão de relatórios mensais, devendo estar equipado no momento da vistoria.

10.5. Caberá à Diretoria de Transporte da CONTRATANTE a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas percorridas, aferindo o total de quilômetros percorridos.

10.6. Todos os veículos passarão por vistorias pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, no início do ano letivo ou quando houver necessidade. Nesses casos, a Diretoria de Transporte emitira Laudo/parecer sobre as condições para tráfego, visando a correção de irregularidades e/ou substituição imediata do veículo, conforme o caso.

10.7. Assistira à CONTRATANTE o direito de rejeitar qualquer empregado da CONTRATADA e solicitar sua substituição, caso não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se este a respeitar e acatar as decisões tomadas pela CONTRATANTE.

10.8. A CONTRATADA garantira o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da CONTRATANTE.

10.9. A CONTRATADA mantera a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

10.10. Os empregados da CONTRATADA não manterão nenhum vinculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, taxas, multas e impostos dos veículos e dos

CPL
FLS 149

motoristas, não cabendo à CONTRATANTE qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

10.11 Não poderá haver falhas na prestação do serviço, pois este é contínuo e essencial, conforme disposição da Lei Municipal nº 3232, de 13 de setembro de 2021 e Termo de Referência, e a falha acarreta prejuízos para a administração.

10.11.1 O inadimplemento resultará na aplicação de sanções cabíveis, podendo gerar rescisão contratual.

10.12 Na hipótese de falha mecânica no veículo oficial que faz o transporte escolar e/ou outros imprevistos de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá dar continuidade ao serviço com um veículo reserva, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas extraordinárias.

NULO 925

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE ESTRITO

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, tendo em vista a vedação legal da sua prorrogação, o que inviabiliza os reajustes com base em tabelas de índices após o interregno de um ano.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da CONTRATANTE.

12.2 A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

12.3 A Contratada e todos os seus colaboradores que irão trabalhar diretamente com o transporte dos alunos, deverão obedecer integralmente as normas vigentes que regulamentam o transporte escolar.

12.4 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação das ferramentas de transporte a serem utilizadas.

12.5 A contratada deverá fornecer serviço, objeto do presente Contrato, de forma direta, não podendo transferir a sua responsabilidade a nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

12.6 Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

12.7 Os empregados da CONTRATADA não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA as obrigações sociais.

NULO
226
Fls.

C.P.L.
Fls. 195

previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, taxas, multas e impostos dos veículos e dos motoristas, não cabendo à CONTRATANTE qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

12.8 Na hipótese de falha mecânica no veículo oficial que faz o transporte escolar e/ou outros imprevistos de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá dar continuidade ao serviço com um veículo reserva, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas extraordinárias.

12.9 Todos os veículos deverão ter equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo.

12.10 Todos os veículos devem ser equipados com equipamentos **eletrônicos de GPS**, para monitoramento em tempo real, e acompanhamento das Rotas e emissão de relatórios mensais, devendo estar equipado no momento da vistoria.

12.11 A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as regras e condições descritas neste Contrato e obriga-se, ainda, a:

I) Iniciar os serviços imediatamente após a Ordem de Serviço.
II) Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos neste Contrato.
III) Prestar os serviços, objeto do presente Contrato, de forma ininterrupta.
IV) Prestar os esclarecimentos necessários que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
V) Relatar, imediatamente, e, por escrito, à CONTRATANTE, toda e qualquer irregularidade verificada durante a prestação dos serviços.
VI) Percorrer, rigorosamente, as rotas previamente estabelecidas e garantir que o(s) aluno(s) esteja(m) na unidade escolar no início das aulas.
VII) Confeccionar, com base em informações disponibilizadas pelas unidades escolares, carteiras de identificação dos estudantes, usuários dos serviços de transporte escolar, para fins de controle de embarque e desembarque nos veículos, com indicação do nome do estudante, rota utilizada, unidade de ensino matriculado e turno correspondente, dentre outras informações que julgarem necessárias.
VIII)Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
IX) Disponibilizar à CONTRATANTE, os empregados, preferencialmente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual -- EPI's, quando for o caso.

12.12 Apresentar à CONTRATANTE, quando do início das atividades, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados que serão alocados para a prestação dos serviços, bem como a documentação necessária para a comprovação de atendimento dos requisitos exigidos neste Contrato.

12.13 Toda e qualquer alteração no quadro de colaboradores deve ser informada para a CONTRATANTE, com indicação dos dados dos novos empregados.

12.14 Substituir os empregados nos casos de eventuais ausências, tais como férias, faltas, licenças e outros impedimentos/afastamentos.

12.15 Pagar o salário dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, através de depósito bancários na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência por parte da Administração.

12.16 Comprovar o pagamento das verbas rescisórias no mês da sua ocorrência.

12.17 Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em feriados, exceto em casos de deslocamentos extraordinários na forma prevista neste instrumento, mediante prévia solicitação, garantida a respectiva compensação das horas ou a justa contraprestação ao trabalhador, observados os limites da legislação trabalhista.

12.18 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA orientar seus colaboradores quanto à necessidade de atender as orientações e normas internas da Administração, bem como as normas de segurança do trabalho.

12.19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.20 Fornecer cópia de documentos à CONTRATANTE, bem como os originais, de acordo com a relação a seguir descrita:

I) Escala de trabalho com todos os profissionais alocados, compatível com as planilhas de custos e formação de preços apresentadas, observados os limites da legislação trabalhista. Deverá haver a apresentação da escala no início da prestação dos serviços, bem como após qualquer modificação que se faça necessária durante o período de execução do contrato.

II) Cópia do contrato de trabalho e do acordo ou da convenção coletiva de trabalho relativos à categoria profissional a que pertence o trabalhador, para que se possa verificar o cumprimento das respectivas cláusulas;

III) Registro de emprego e cópia das páginas da carteira de trabalho e Previdência Social, atestando a contratação;

IV) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização dos exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função);

V) Cópias de documento que caracterizem o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO;

VI) Comprovante de cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP;

VII) Cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, em que constem as horas trabalhadas, normais e extraordinárias, se for o caso;

VIII) Recibo de aviso de férias (30 dias antes do respectivo gozo);

MULTIRIO
227
C.P.L.
Fls. 196

NULO

IX) Recibo de pagamento, atestando o recebimento de salários mensais e adicionais, férias, abono pecuniário e 13º Salário (1ª e 2ª parcelas), quando da época própria, além de salário-família, caso devido, assinado pelo empregado, ou conforme o artigo 464 da CLT acompanhado de comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador;

X) Comprovantes de fornecimento de vale transporte, quando for o caso;

XI) Comprovantes de recolhimento de contribuição sindical e outras devidas aos sindicatos, se for o caso, na época própria;

XII) Comprovante de entrega da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso;

XIII) Documento que ateste o recebimento de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletiva, se o serviço assim o exigir;

XIV) Documento que comprove a concessão de aviso prévio, trabalhado ou indenizado, seja qual for a modalidade de encerramento de vínculo empregatício;

XV) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o respectivo benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo); e

XVI) Cópia de Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção de contrato por prazo determinado.

12.21 Não permitir a utilização do trabalho de menor de idade.

12.22 Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados.

12.23 Na execução dos serviços, o combustível, os condutores do veículo e os monitores serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

12.24 Encaminhar, mensalmente, os comprovantes de pagamento das verbas trabalhistas dos empregados da empresa e os demais documentos nas condições estabelecidas no item 5.6.

12.25 Autorizar a CONTRATANTE a proceder com desconto na fatura e realizar o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.26 Desde que não contrarie as normas intersindicais, poderá ser prevista compensação de horas não trabalhadas em feriados públicos não coincidentes com os da iniciativa privada, podendo ser trabalhado como horas suplementares em dias úteis ou aos sábados.

12.27 Controlar as compensações através de banco de horas em observância as normas trabalhistas.

12.28 Cumprir fielmente os acordos coletivos, bem como as obrigações trabalhistas correspondentes.

12.29 Apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos dos condutores dos veículos que, para a execução dos serviços, deverão apresentar Carteira Nacional de

C.P.L.
Fls. 170

Avenida Bernardo Sayão, 409, Entroncamento | 77.8 | a 340 | (63) 3411-5607

Habilitação na categoria D, além de certificado que comprove sua aprovação em curso especializado na condução de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN/TO, e deverão cumprir todas as exigências do Código Nacional de Trânsito, principalmente nas que exigem os artigos nº 138 e 139, bem como, apresentar os demais documentos descritos no Termo de Referência.

229
Fls

12.30 A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos contestável resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da CONTRATANTE.

C.P.L.
Fls. 148

12.31 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, que deverá arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a terceiros ou à CONTRATANTE.

12.32 Na hipótese de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de um modo geral, roubos, furtos, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos ao veículo locado, ou a terceiros, por culpa ou não da CONTRATADA, ou de seus prepostos, esta providenciará a devida comunicação para elaboração do B.O. – Boletim de Ocorrência, quando for o caso, bem como a remoção, despesa com guinchos, franquias de seguro, se for o caso, e outras despesas relativas aos veículos envolvidos no evento danoso.

12.33 Além do disposto no item anterior, em caso de acidentes, a CONTRATADA deverá tomar todas as medidas legais cabíveis, inclusive, providenciando socorro imediato ao(s) acidentado(s) e à desobstrução da pista de rolamento. Procurar socorro através do acionamento das Polícias Rodoviária Estadual ou Federal e Corpo de Bombeiros, bem como comunicar sobre o ocorrido à Diretoria de Transporte da CONTRATANTE e a Unidade Escolar de destino ou origem dos alunos.

12.34 Promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos sofridos, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso.

12.35 A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

12.36 Responsabilizar-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito, ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço da CONTRATANTE.

12.37 Exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

12.38 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção do respeito e cortesia no relacionamento entre colegas e passageiros.

12.39 Substituir o motorista no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, caso haja solicitação da CONTRATANTE.

12.40 A CONTRATADA deverá substituir o monitor de alunos que tiver mal comportamento no desempenho de suas funções.

12.41 Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e das peças desgastadas, disponibilizando, se necessário, o plano de manutenção do veículo à Diretoria de Transporte, para eventuais fiscalização ou auditoria.

12.42 A CONTRATADA será responsável por toda e qualquer manutenção preventiva ou corretiva do veículo, sempre que necessário, estando inclusos nos serviços de manutenção, mas não se limitam a:

I) Toda e qualquer mão-de-obra utilizada na execução dos serviços;
II) Limpeza interna e externa do veículo;
III) Lubrificação dos principais grupos mecânicos;
IV) Controle dos principais reguladores;
V) Verificação do funcionamento geral do veículo;
VI) Verificação das partes elétrica, eletrônica e mecânica;
VII) Reposição de peças.

12.43 Os veículos deverão estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, comprovado por meio de laudo de vistoria veicular, realizado por equipe técnica da CONTRATANTE, a qual poderá solicitar, junto à CONTRATADA, correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas durante apresentação do veículo, ou até mesmo, a depender do caso, substituí-lo de forma imediata à solicitação da CONTRATANTE.

12.44 Manter, à sua disposição, veículos reservas em perfeito estado de conservação e características compatíveis com os veículos que serão substituídos, ou seja, que atendam aos requisitos mínimos exigidos neste Contrato e no Termo de Referência, para utilização sempre que for necessário.

12.45 Em caso de substituição do veículo, qualquer que seja a motivação, a CONTRATADA obriga-se a informar e remeter à CONTRATANTE todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte escolar.

12.46 Todas as despesas, taxas, impostos dos veículos, dos motoristas e monitores são de responsabilidade da CONTRATADA.

12.47 Entregar as respectivas notas fiscais imediatamente ao encerramento do mês de prestação dos serviços (prazo máximo: três dias úteis), compreendendo os trabalhos prestados entre primeiro e último dia de cada mês na sede da Secretaria, acompanhado da documentação pertinente.

NULO

231

12.48 Apresentar relatório mensal por veículo e por rota, ilustrando a idade da frota efetivamente utilizada na prestação dos serviços.

12.49 Eventual atraso na entrega das notas fiscais ou do relatório acima referenciado poderá acarretar encargos moratórios relativos à contribuição previdenciária. Nesta hipótese, o ônus deverá ser suportado pela CONTRATADA.

12.50 Executar os serviços conforme especificações deste Contrato, com a disponibilização do corpo funcional necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais. O inadimplemento resultará na aplicação dos sansões cabíveis, inclusive, podendo incorrer em rescisão contratual.

12.51 No ato da contratação, a CONTRATADA deverá estar devidamente regularizada com as questões tributarias e jurídicas (CND: Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Débitos trabalhista).

12.52 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato e no Termo de Referência, bem como apresentar a cada fatura/planilhas, comprovação de regularidade fiscal. (Art. 91, § 4º, da Lei n.º 14.133/21).

12.53 Após a formalização do contrato, deve a CONTRATADA instalar, no prazo maximo de 60 (sessenta) dias, escritório na cidade de Araguaína, devidamente estruturado, para atender às demandas da CONTRATANTE, de maneira a cumprir as obrigações constantes neste Contrato. Tal obrigação é justificada pelas peculiaridades do contrato, que exige contato direto com o corpo administrativo da empresa e as informações imediatas com relação aos documentos vinculados à contratação.

12.54 Não poderá haver falhas na prestação do serviço, pois este é contínuo e essencial, e a falha acarreta prejuízos para a administração. O inadimplemento resultará na aplicação das sanções cabíveis, podendo gerar rescisão contratual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Caberá à Diretoria de Transporte da CONTRATANTE a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas percorridas, aferindo o total de quilômetros percorridos.

13.2 Todos os veículos passarão por vistorias pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, no início do ano letivo ou quando houver necessidade. Nesses casos, a Diretoria de Transporte emitirá Laudo/parecer sobre as condições para tráfego, visando a correção de irregularidades e/ou substituição imediata do veículo, conforme o caso.

13.3 Proporcionar para a CONTRATADA todas as condições para a execução dos serviços contratados.

13.4 Efetuar o pagamento das Notas Fiscais referentes à execução dos serviços contratados, nos termos e condições estabelecidas.

13.5 Fiscalizar a execução dos serviços contratados.

13.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e comunicar por

escrito e tempestivamente sobre qualquer alteração ou irregularidade no fornecimento dos serviços e ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

13.7 Comunicar a CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, concedendo-lhe prazo para que a regularize, sob pena de aplicação de sanções legais e contratuais previstas;

13.8 A CONTRATANTE se reserva no direito de realizar ela própria ou com a ajuda de terceiros, Auditoria e Fiscalização dos serviços da CONTRATADA, de modo a verificar se as condições exigidas estão sendo cumpridas pela CONTRATADA, bem como realizar Pesquisa de satisfação quanto ao atendimento prestado por ela.

13.9 Assistirá a CONTRATANTE o direito de rejeitar qualquer empregado da CONTRATADA e solicitar sua substituição, caso não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se este a respeitar e acatar as decisões tomadas pela CONTRATANTE.

13.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos disponibilizados para o serviço, caso estes afastem-se das especificações do contrato, deste Contrato e seus Anexos e da Proposta da CONTRATADA.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua

observância.

14.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. 235

14.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações editadas na forma da LGPD.

14.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

15.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme artigo 89, inciso VII, § 1º do decreto Municipal nº 253/2024.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 São requisitos para o profissional motorista:

I) Idade superior a 21 (vinte e um anos);

II) Ter carteira nacional de habilitação de categoria tipo "D";

III) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

IV) Ser aprovado em curso especializado de transporte escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

C.P.L.
Fls. 153

NULO

234
Fls

16.2 O motorista deverá:

I) Responsabilizar-se pela condução do veículo, transportando os escolares até o final do itinerário;

II) Trajar-se adequadamente;

III) Tratar a todos com urbanidade e respeito;

IV) Fazer embarque e desembarque em locais adequados e seguros;

V) Manter o veículo em condições de higiene, conforto e segurança;

VI) Verificar e assegurar que todos estejam utilizando o cinto de segurança e que as portas estejam devidamente fechadas;

VII) Efetuar, sempre que necessário, a solicitação de ações de manutenções preventivas e corretivas do veículo, além de manter controle destas ações;

VIII) Relatar toda e qualquer irregularidade observada na execução dos serviços;

IX) Executar demais serviços correlatos com atribuições.

16.3 O monitor deverá:

I) Trajar-se adequadamente;

II) Orientar e conduzindo adequadamente o embarque dos alunos, bem como acompanhar no desembarque do veículo até a entrada na unidade de ensino;

III) Tratar com urbanidade os escolares e o público;

IV) Manter as janelas localizadas junto aos assentos dos escolares abertas, quando necessário, de maneira a evitar riscos de acidentes;

V) Orientar e coibindo os escolares quanto a comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;

VI) Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos escolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros.

16.4 Na execução dos serviços é terminantemente proibido ao motorista:

I) Fumar, usar bebidas alcoólicas ou outro tipo de substância química que comprometa o estado de lucidez;

II) Ausentar-se do veículo, salvo por atos urgentes;

III) Abastecer ou fazer manutenção com os escolares dentro do veículo;

IV) Conduzir com excesso de lotação e qualquer tipo de passageiros em pé no interior do veículo;

V) Conduzir com excesso de velocidade e/ou sem a plena observância das regras de trânsito;

VI) Portar ou manter no veículo arma branca ou de fogo;

VII) Manter portas abertas quando o veículo estiver em movimento;

VIII) Permitir o transporte de escolares em pé ou em locais inadequados;

IX) Transportar objetos que dificultem a acomodação dos estudantes.

16.5 Na execução dos serviços é terminantemente proibido ao monitor:

I) Fumar, usar bebidas alcoólicas ou outro tipo de substância química que comprometa o estado de lucidez;

II) Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e pôr em risco de acidentes;

III) Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento;

IV) Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou em quantidade superior ao número de assentos;

V) Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie.

235

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PREPOSTO

17.1 A CONTRATADA manterá preposto, que deverá ser aceito pela CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do contrato, a fim de representá-lo administrativamente sempre que for necessário.

17.1.1 Em caso de alteração do Preposto indicado, deverá a CONTRATADA informar formalmente para a CONTRATANTE.

17.2 A indicação do preposto se dará mediante declaração, onde constará o seu nome completo, o número do CPF e do documento de identidade, bem como os dados relacionados à sua qualificação profissional.

17.3 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas/planilhas dos serviços prestados.

17.4 O preposto da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços a serem contratados, sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto à CONTRATANTE, mantendo sempre alinhamento operacional, de maneira que os contratempos não interfiram na realização final da prestação de serviço.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em outros documentos que o complementam, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, sem prejuízo das penalidades e multas previstas no edital do processo licitatório, bem como de outras penalidades cabíveis.

18.2 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que a CONTRATADA receber a notificação.

18.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos dos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela autoridade competente, garantida prévia defesa e contraditório:

I) Advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II) Multa Moratória, aplicada caso ocorra atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora;

236
Fls

III) Multa compensatória de 2% (dois porcento), sobre o valor do contrato, em conformidade ao previsto no art. 156, § 3º, da Lei 14.133/2021;

a) Impedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências: ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do contrato:

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) execução do contrato:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

18.4 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

18.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

C.P.L.
Fls. 130
ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NULO

18.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União – GRU, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

18.8 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

18.9 É admitida a reabilitação CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

I) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II) pagamento da multa;

III) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade.

IV) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no art. 163 da Lei 14.133/2021.

19.10 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19.11 As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, no Portal da Transparência do CONTRATANTE, no SICAF Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

19.12 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.13 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

19.14 A aplicação de qualquer das penalidades previstas no contrato será realizada

mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

19.15. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos CONTRATANTES de controle.

19.16. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

19.17. A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

18.10. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

19. CLÁUSULA DECIMA NONA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. O contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pela Administração para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

19.2. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.3. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

19.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

19.5. A resposta para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será dada à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, contado da protocolização.

20. CLÁUSULA VIGESIMA – DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Fica nomeado como Gestor do presente instrumento contratual THIAGO LIMA COELHO FRANCISCO DE OLIVEIRA, matrícula nº 53647, e como suplente AFONSO JALES MARTINS DUARTE, matrícula nº 59559.

21. CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização, quando:

I) Não cumprir qualquer das obrigações assumidas;

II) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia ou expressa anuência da CONTRATANTE.

21.2 O presente contrato poderá ser rescindido por mutuo acordo, quando atendidas as conveniências do Município e o interesse público, bem como a disponibilidade de recursos financeiros, tendo a CONTRATADA o direito a receber da CONTRATANTE os valores que têm direito.

21.3 A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, no caso de não cumprimento do contrato a contendo, transferi-lo a terceiros ou a executa-lo diretamente, sem que a CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

22 CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

22.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

22.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

23 CLAUSULA VIGESIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1 Caberá à CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme estabelece o art. 175, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/93.

24 CLAUSULA VIGESIMA QUARTA – DO FORO

24.1 É competente o Foro da Comarca de Araguaína/TO para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

24.2 E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

25 CLAUSULA VIGESIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim

definidos no paragrafo único do art. 393 do Código Civil.

25.2 A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

2410

25.3 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelo e-mail: [inserir e-mail da unidade gestora].

25.4 Alterações nos e-mails apresentados no item anterior serão comunicadas por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

25.5 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

25.6 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

I) a compatibilidade com a finalidade especificada;

II) o interesse público;

III) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

25.7 E por estarem assim de pleno acordo assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Araguaína/TO, 27 de maio de 2024.

Ana Claudia Martins de Oliveira
Secretária Executiva
Portaria 027/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
CNPJ nº 17.387.118/0001-23
representada por
ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA
CONTRATANTE

NULO

EMPRESA:

R2S CONSTRUCOES E LOCACOES: 20859713000112

Assinado de forma digital por R2S CONSTRUCOES E LOCACOES: 20859713000112

RANYERI SILVA SOUSA:81070403172

Assinado de forma digital por RANYERI SILVA SOUSA: 81070403172

241
Fls

R2S CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ nº 20.859.713/0001-12

representada por seu administrador

RANYERI SILVA SOUSA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Raul da Conceição Alves da Silva

Nome:

CPF: 052.297.321-30

Ivo Mendonça do Vale Silva

Nome:

CPF: 059 992 701-15

C.P.L
Fls 101

NUAC
133

CONTRATO Nº 167/2024

FOLHA 183
&
Rubrica

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ARAGUAÍNA – TO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTADORES ESCOLARES DE ARAGUAÍNA – ATEA -TO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.830.793/0001-39, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.387.148/0001-23, estabelecido na Avenida Bernardo Sayão, nº 499, Entroncamento, nesta cidade, neste ato representado(a) pelo(a) **SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO** Sra. **ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA**, brasileira, casada, portador da carteira de identidade nº 031.835 2ª VIA SSP/TO e inscrita no CPF/MF sob o nº 633.482.251-91, residente e domiciliada Rua PE Anchieta, Qd. 06, Lt. 05, nº 162, Setor Noroeste, na cidade de Araguaína/TO, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTADORES ESCOLARES DE ARAGUAÍNA-TO ATEA-TO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 34.473.696/0001-95, estabelecida na Avenida Conego João Lima, nº 1208, Setor Central, CEP 77.804-010, na cidade de Araguaína/TO, E-mail: Jannyruth.adv@hotmail.com, Telefone: (63) 99290-6799, representada por seu presidente **CARLOS MAGNO PORTELA RIBEIRO**, brasileiro, casado, empresario, inscrito no RG sob o nº 265881 SSP/TO, e do CPF sob o nº 251.622.202-63, residente e domiciliado na cidade de Araguaína/TO, doravante denominada **CONTRATADA**, tem entre si ajustado o presente Contrato, vinculando-se as partes ao Termo de Referencia, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes e se sujeitando as cláusulas abaixo descritas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de Pessoa Jurídica especializada, em prestação de Serviços de Transporte Escolar, para atender aos alunos da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino de Araguaína – TO, em estradas pavimentadas e não pavimentadas, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com Calendário Escolar Padrão

da Rede Municipal de Ensino, através de veículos adequados para transporte escolar, devidamente abastecidos, com motorista e monitor (quando necessário), para atender às necessidades deste município.

FOLHA 184
Rubrica

184
Fls

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

2.1 O presente Contrato está vinculado ao Edital, Termo de Referência e seus respectivos Anexos, em todo o seu teor, a qual será aplicado, onde o contrato for omisso.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Termo de Referência (item 4), apêndice deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS

Tipo do veículo	Especificação mínima	Quant. de rotas	Km total médio diário das rotas	Total de meses
A	Veículo com capacidade de transportar no mínimo 09 (nove) e no máximo 12 (doze), passageiros (alunos).	4	715	12
B	Veículo com capacidade de transportar no mínimo 13 (treze) e no máximo 22 (vinte e dois) passageiros (alunos).	01	214	12

4.1 Os veículos utilizados para a prestação dos serviços devem estar em perfeitas condições de uso e ter a capacidade compatível com a quantidade de passageiros a serem transportados por rota, tendo em vista que o Guia de Transporte Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE estabelece que *"para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso"*.

4.2 Quanto à idade operacional dos veículos usados no transporte de escolares, não poderá ultrapassar a 15 (quinze) anos, desde que aprovado na inspeção semestral, sendo que para inclusão ou substituição será no máximo de 10 (dez) anos, nos termos do Art. 10, da Resolução do CETRAN-TO nº 006, de 26 de agosto de 2009.

4.3 Todos os veículos deverão possuir:

I) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) vigente ou nota fiscal, em caso de veículos novos, devidamente registrados no DETRAN como veículo de passageiros,

além de apresentar Seguro DPVAT devidamente quitado, laudo com aprovação da vistoria e selo expedido pelo Órgão responsável de Trânsito;

II) Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

III) Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de uso;

IV) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

V) Deverão estar segurados com cobertura total para qualquer tipo de sinistro, incluindo RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Morais/Estético) cobertura mínima de R$ 10.000,00, RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Materiais) cobertura mínima de R$ 10.000,00 por ocupante, RCF - Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil (Danos Corporais) cobertura mínima de R$ 10.000,00 por ocupante, APO - Morte (por Ocupante) cobertura mínima de R$ 20.000,00, APO – Invalidez (por ocupante) cobertura mínima de R$ 20.000,00;

VI) Cintos de segurança em número correspondente ao da lotação, adaptados na forma estabelecida pela legislação de trânsito vigente e em perfeitas condições de uso:

I) Para o condutor, o cinto de segurança deverá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator.

II) Para os passageiros, o cinto de segurança poderá ser do tipo três pontos, com ou sem retrator, ou do tipo subabdominal.

VII) Todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previsto no Código de Trânsito Brasileiro e Normatizações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

VIII)Todos os veículos deverão ter instalado um sistema completo de rastreamento e monitoramento e com função para emitir relatórios de quilometragem de cada veículo, sendo que o sistema disponibilizado deverá manter salvo todos os dados durante o contrato para quando houver a necessidade da CONTRATANTE de realizar consulta e/ou emitir relatórios.

NULO

C.P.L
Fls. 164

5ª CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DE ROTAS

VEÍCULOS DO TIPO A (VAN)

Ordem	Rota/Itinerário	Código da Rota	Tipo do veículo	Km médio diário estimado	Dias letivos	Valor máximo do Km/dia R$	Monitor
1	CHÁC. TOCA DO ÍNDIO/ CHÁC. RECANTO DO CERRADO/ ARAGUAÍNA	027-S-007	VAN	40,00	200	8,62	NÃO
2	CORUJA/ FAZ. OLHO D'AGUA / ARAGUAÍNA	030-S-022	VAN	156,00	200	3,13	NÃO
3	LEVINHA/ CHÁC. 4 IRMÃOS/ NOVO HORIZONTE	103-O-108	VAN	80,00	200	4,55	NÃO
4	FAZ. ARAGUAIA/ FAZ. GALILEU/ GARIMPINHO/ RIO PRETO	60-O-110	VAN	245,00	200	2,44	NÃO
	TOTAL TIPO "A" R$ 366.960,00 (trezentos e sessenta e seis mil e novecentos e sessenta reais)						

VEÍCULO DO TIPO B (MICROÔNIBUS)

Ordem	Rota/Itinerário	Código da Rota	Tipo do veículo	Km médio diário estimado	Dias letivos	Valor máximo do Km/dia R$	Monitor
5	FAZ. MARIAZINHA/ RELICÁRIO/MINUANO/ GARIMPINHO	102-O-107	MICRO ÔNIBUS	90,00	200	8,02	SIM
	TOTAL TIPO "B" R$ 144.360,00 (cento e quarenta e quatro mil e trezentos e sessenta reais)						
	TOTAL GERAL ESTIMADO DO CONTRATO R$ 511.320,00(quinhentos e onze mil e trezentos e vinte reais)						

5.1 Os percursos das rotas poderão ser alterados pela CONTRATANTE, conforme as necessidades dos serviços, não podendo ser alterados em hipótese nenhuma pela CONTRATADA.

5.2 A distância percorrida em cada rota é medida do ponto de entrada do primeiro aluno até a entrega do último aluno na sua respectiva Unidade Escolar, e o encerramento da jornada inicia com a entrada do aluno na primeira Unidade Escolar até a entrega do último aluno, cujos pontos e horários serão definidos pela CONTRATANTE na descrição do percurso.

5.3 Eventuais alterações de rotas provocadas por entrada e saída de alunos, não superiores a 5% da distância percorrida, não provocam mudanças nos valores contratados.

NULO

C.P.L.
Fls. 165

5.4 Alterações em trajetos/percursos que ultrapassarem 5% da distância anteriormente percorrida, serão objeto de mudança no valor da rota e, consequentemente, do contrato, ficando a alteração limitada em no máximo 25% do valor total contratado, nos termos da lei.

5.5 Poderá ocorrer a inclusão, supressão ou unificação de rotas a critério da Secretaria da Educação. Tal fato não ocasionará nenhum tipo de indenização, devendo o seu custo ser calculado normalmente, de acordo com o veículo e a distância a ser percorrida.

5.6 Só serão admitidos monitores nos veículos, a depender de comprovação de sua necessidade que ficará a cargo da Secretaria da Educação solicitar a presença do monitor nos veículos e somente será permitida a presença de um único monitor por veículo.

5.7 Fica a critério da **Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, de acordo com estudo preliminar e técnico a viabilidade econômica da origem do monitor, que não exclusivamente, deverá ser oriundo da contratada, já que após apuração dos fatos e valores, de acordo com sua imprescindibilidade, levando em consideração o custo operacional deste colaborador, poderá ser este, contratado através da SEMED, prestando serviço diretamente através do município, em consonância com a contratada.

5.8 **O valor máximo por quilômetro** descrito na tabela acima refere-se aos custos baseados no tipo de veículo, tipo de rota, e distância média a ser percorrida pelo CONTRATADA (conforme anexo A e anexo B), que deverá ser usado como teto de referência para apresentações das propostas de preços.

5.9 A rota em que se fizer necessária a presença de monitor em seu respectivo veículo, terá acréscimo de de **R$ 146,00(cento e quarenta e seis reais)** por dia letivo, contendo os encargos de acordo com a planilha de composição de Preços Anexa, **cujo valor será diluído no km diário a ser percorrido em cada dia letivo.**

I) Quando houver a necessidade de monitor, após estudos técnicos, será requisitado à CONTRATADA a disponibilização desse profissional, para auxiliar no transporte dos alunos.

II) Sempre que houver a disponibilidade de monitor, será acrescentado "SIM" na planilha de composição individual, que, automaticamente, acrescentará o valor de R$ de **R$ 146,00(cento e quarenta e seis reais)**, diluído em cada quilômetro rodado por dia letivo.

6. CLÁUSULA SEXTA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Sustentabilidade

6.1.1 A contratada deverá adotar na execução dos serviços, objeto dessa contratação, materiais e equipamentos menos prejudiciais ao meio ambiente, conforme orientações tecidas no subitem 5.1, do Termo de Referência, anexo ao presente processo de contratação.

6.2 Subcontratação

6.2.1 Poderá ser permitida a subcontratação, sendo considerada legítima aquela expressamente autorizada pela CONTRATANTE nas seguintes situações:

NULO
C.P.L.
Fls. 188

I) Na(s) hipotese(s) previstas no art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/06, desde que observadas as condições estabelecidas no subitem 2.8 do Termo de Referência e demais determinações nele contido e no presente Contrato;

II) A CONTRATADA deverá apresentar capacidade operacional para a prestação do serviço, vedando-se a subcontratação integral do objeto;

III) A subcontratação do serviço de transporte escolar somente será admitida de forma parcial;

IV) Respeitando o percentual de 30% das rotas/itens vencidos por parte da licitante, se e somente se autorizado formalmente/expressamente pela CONTRATANTE, não será admitida a subcontratação ilegítima do serviço de transporte escolar.

6.2.2 Para fins de controle e fiscalização nos casos de subcontratação lícita/permitida, o contratado deverá apresentar o(s) contrato(s) o(s) documento(s) do(s) veículo(s) e a planilha de custos dos valores especificados nos citados instrumentos no prazo de 10 (dez) dias da autorização da CONTRATANTE.

6.2.3 Nos casos em que for permitida a subcontratação por força da hipotese descrita no subitem 14.1, deve o licitante (por item/rota) possuir relação cível, comercial ou trabalhista formal com o proprietário do veículo e/ou condutor no momento da entrega da proposta e dos documentos de habilitação, além de se responsabilizar pela execução do serviço, mediante desconto de tributos, encargos, seguros e insumos especificados em planilha.

6.2.4 Para fins de controle e fiscalização nos casos de subcontratação lícita/permitida, o contratado deverá apresentar o(s) contrato(s) o(s) documento(s) do(s) veículo(s) e a planilha de custos dos valores especificados nos citados instrumentos no prazo de 10 (dez) dias da autorização da CONTRATANTE.

6.3 Garantia da Contratação

6.3.1 A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução na modalidade de **seguro-garantia**, prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor inicial/anual do contrato, em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

6.3.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o maximo de 5% (cinco por cento) e sujeitará a CONTRATADA às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão do contrato.

6.3.3 A apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

I) Caso não seja apresentada a apólice de seguro-garantia no prazo estabelecido em Edital, será aplicada a penalidade prevista no subitem 5.5 do item 5 do Termo de Referência.

II) A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

III) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto art. 96, § 2º, da Lei 14.133/2021.

6.3.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.3.5. A garantia assegurará o pagamento de:

I) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

IV) obrigações e ações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS e sua respectiva multa, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

6.3.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.3.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.3.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que for notificada.

6.3.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.3.10. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.3.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

6.3.12. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no contrato.

6.3.13. Os emitentes das garantias previstas nesta cláusula deverão ser notificados pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

NULO

6.3.14 Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

C.P.L. Fls. 168 190

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, estimadas em **R$ 511.320,00 (quinhentos e onze mil e trezentos e vinte reais)**, correrão à conta de Dotação Orçamentária própria, e estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes desta contratação para execução no período de 12 (doze) meses, para o atendimento estimado de 200 (duzentos) dias letivos, conforme calendário escolar padrão vigente, serão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no Orçamento da Secretaria Municipal da Educação para o exercício 2024 nas classificações abaixo:

Funcional programática:	16.1605.12.361.0139.2395
Elemento de Despesa:	339039
Fontes:	15001001001020
Fichas:	20241213

8.2 As dotações orçamentárias informadas acima poderão sofrer alterações/adaptações para atender as necessidades da CONTRATANTE durante o exercício vigente.

9. CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a medição dos serviços e com apresentação da Nota Fiscal de Serviços executados no mês anterior ao pagamento, na importância correspondente ao total de dias em que houver efetivamente o transporte de alunos e quantidade de quilômetros rodados, devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento dos serviços e será creditado em conta bancária vinculada ao CNPJ e/ou CPF do prestador de serviços, mediante ordem bancária ou transferência em conta corrente.

V) A fatura/planilha deverá conter no mínimo os seguintes dados:

I) Data de emissão;

II) Estar endereçada à Secretaria Municipal da Educação;

III) Especificação dos serviços prestados.

VII) Quando o prestador de serviços for oriundo de outro município, é necessário a emissão da RANFS (Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço).

9.2 Será considerado como período de medição, o abrangido pelo primeiro e último dia letivo de cada mês.

9.3 O pagamento será realizado após o "atesto" pelo servidor competente da Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA. O atesto poderá ser efetuado pela CONTRATANTE após verificação da conformidade do objeto por meio do Planilha de rastreamento e monitoramento emitida pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, e/ou relatório de presença/falta enviada pela unidade escolar, e/ou por meio de outros critérios a serem definidos pela CONTRATANTE.

9.4 A comprovação do transporte de alunos poderá ser realizada pela assinatura do motorista do veículo em registro de ponto que ficará sob a responsabilidade dos diretores das unidades de ensino.

I) Será necessária a assinatura do motorista para cada período do dia trabalhado.

II) A Administração poderá estabelecer, a seu critério, outras formas de controle do transporte de escolares.

9.5 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem 17.8.

9.6 Para efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente atualizados:

I) Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;

II) Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS);

III) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;

IV) Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

V) Comprovante de Recolhimento dos impostos incidentes sobre a execução do objeto (ISS, PIS, COFINS, FGTS, Simples Nacional, IR e Contribuição Social, sendo estes dois últimos trimestralmente);

VI) Comprovante de cadastramento do(s) monitor(es) e motoristas, expedido pelo DETRAN-TO;

VII) GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social) e Folha de pagamento dos motoristas e monitores;

VIII) Relatório de execução do serviço de transporte escolar contendo o itinerário, nome do motorista, número de alunos, placa do veículo, escola atendida, atestado pelo fiscal do contrato;

IX) Comprovante de pagamento das apólices de seguro parcela única ou em caso de parcelamento apresentar todo mês o pagamento da parcela.

9.7 Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

C.P.L.
Fls. 170

NULO

122

Forma de pagamento

9.8 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

II) Será efetuada a retenção tributária do Imposto de Renda, prevista na Instrução Normativa Municipal n.º 003, de 3 de agosto de 2023, nos pagamentos efetuados a fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, na forma da Instrução Normativa RFB n.º 1234, de 11 de janeiro de 2012.

III) A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor do IR a ser retido na operação, conforme enquadramento previsto na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

IV) A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

V) Em caso de pagamentos com glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção deverá incidir sobre o valor original da nota.

VI) AS pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, não estarão sujeitas à retenção de IR. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e art. 69 do Decreto Municipal nº 258/2024, e ainda, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107, da lei nº 14.133/21, por se tratar de um serviço contínuo.

10.2 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da

C.P.L.
171
ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
NULO

CONTRATADA.

10.3 Todos os veículos deverão ter equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo.

10.4 Todos os veículos deverão ser equipados com equipamentos eletrônicos de GPS para monitoramento em tempo real, acompanhamento das Rotas e emissão de relatórios mensais, devendo estar equipado no momento da vistoria.

10.5 Caberá a Diretoria de Transporte da CONTRATANTE a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas percorridas, aferindo o total de quilômetros percorridos.

10.6 Todos os veículos passarão por vistorias pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, no início do ano letivo ou quando houver necessidade. Nesses casos, a Diretoria de Transporte emitirá Laudo/parecer sobre as condições para tráfego, visando a correção de irregularidades e/ou substituição imediata do veículo, conforme o caso.

10.7 Assistirá a CONTRATANTE o direito de rejeitar qualquer empregado da CONTRATADA e solicitar sua substituição, caso não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se este a respeitar e acatar as decisões tomadas pela CONTRATANTE.

10.8 A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da CONTRATANTE.

10.9 A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

10.10 Os empregados da CONTRATADA não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, taxas, multas e impostos dos veículos e dos motoristas, não cabendo à CONTRATANTE qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

10.11 Não poderá haver falhas na prestação do serviço, pois este é contínuo e essencial, conforme disposição da Lei Municipal nº 3232, de 13 de setembro de 2021 e Termo de Referência, e a falha acarreta prejuízos para a administração.

10.11.1 O inadimplemento resultará na aplicação de sanções cabíveis, podendo gerar rescisão contratual.

10.12 Na hipótese de falha mecânica no veículo oficial que faz o transporte escolar e/ou outros imprevistos de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá dar continuidade ao serviço com um veículo reserva, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas extraordinárias.

Fls. 1

NULO

11.2 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE ESTRITO

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis, tendo em vista a vedação legal da sua prorrogação, o que inviabiliza os reajustes com base em tabelas de índices após o interregno de um ano.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da CONTRATANTE.

12.2 A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

12.3 A Contratada e todos os seus colaboradores que irão trabalhar diretamente com o transporte dos alunos, deverão obedecer, integralmente, as normas vigentes que regulamentam o transporte escolar.

12.4 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação das ferramentas de transporte a serem utilizadas.

12.5 A contratada deverá fornecer serviço, objeto do presente Contrato, de forma direta, não podendo transferir a sua responsabilidade a nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

12.6 Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

12.7 Os empregados da CONTRATADA não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, ocorrência, taxas, multas e impostos dos veículos e dos motoristas, não cabendo à CONTRATANTE qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

12.8 Na hipótese de falha mecânica no veículo oficial que faz o transporte escolar e/ou outros imprevistos de qualquer natureza, a CONTRATADA deverá dar continuidade ao serviço com um veículo reserva, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas extraordinárias.

12.9 Todos os veículos deverão ter equipamento registrador instantâneo inalterável de

NULO

velocidade e tempo.

12.10 Todos os veículos devem ser equipados com equipamentos eletrônicos de GPS, para monitoramento em tempo real, e acompanhamento das Rotas e emissão de relatórios mensais, devendo estar equipado no momento da vistoria.

12.11 A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as regras condições descritas neste Contrato e obriga-se a ainda, a:

C.P.L.
Fls. 173

I) Iniciar os serviços imediatamente após a Ordem de Serviço.

II) Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos neste Contrato.

III) Prestar os serviços, objeto do presente Contrato, de forma ininterrupta.

IV) Prestar os esclarecimentos necessários que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

V) Relatar, imediatamente, e, por escrito, à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada durante a prestação dos serviços.

VI) Percorrer, rigorosamente, as rotas previamente estabelecidas e garantir que o(s) aluno(s) esteja(m) na unidade escolar no início das aulas.

VII) Confeccionar, com base em informações disponibilizadas pelas unidades escolares, carteiras de identificação dos estudantes, usuários dos serviços de transporte escolar, para fins de controle de embarque e desembarque nos veículos, com indicação do nome do estudante, rota utilizada, unidade de ensino matriculado e turno correspondente, dentre outras informações que julgarem necessárias.

VIII) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

IX) Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados, preferencialmente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, quando for o caso.

12.12 Apresentar à CONTRATANTE, quando do início das atividades, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados que serão alocados para a prestação dos serviços, bem como a documentação necessária para a comprovação de atendimento dos requisitos exigidos neste Contrato.

12.13 Toda e qualquer alteração no quadro de colaboradores deve ser informada, para a CONTRATANTE com indicação dos dados dos novos empregados.

12.14 Substituir os empregados nos casos de eventuais ausências, tais como férias, faltas, licenças e outros impedimentos/afastamentos.

12.15 Pagar o salário dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE, através de depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência por parte da Administração.

12.16 Comprovar o pagamento das verbas rescisórias no mês da sua ocorrência.

12.17. Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em feriados, exceto em casos de deslocamentos extraordinários na forma prevista neste instrumento, mediante prévia solicitação, garantida a respectiva compensação das horas ou a justa contraprestação ao trabalhador, observados os limites da legislação trabalhista.

12.18. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA orientar seus colaboradores quanto a necessidade de atender as orientações e normas internas da Administração, bem como as normas de segurança do trabalho.

12.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.20. Fornecer cópia de documentos à CONTRATANTE, bem como os originais, de acordo com a relação a seguir descrita:

I) Escala de trabalho com todos os profissionais alocados, compatível com as planilhas de custos e formação de preços apresentadas, observados os limites da legislação trabalhista. Deverá haver a apresentação da escala no início da prestação dos serviços, bem como após qualquer modificação que se faça necessária durante o período de execução do contrato.

II) Cópia do contrato de trabalho e do acordo ou da convenção coletiva de trabalho, relativos à categoria profissional a que pertence o trabalhador, para que se possa verificar o cumprimento das respectivas cláusulas;

III) Registro de emprego e cópia das páginas da carteira de trabalho e Previdência Social, atestando a contratação;

IV) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização dos exames médicos (admissional e periódicos e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função);

V) Cópias de documento que caracterizem o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO;

VII) Comprovante de cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP;

VII) Cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, em que constem as horas trabalhadas, normais e extraordinárias, se for o caso;

VIII) Recibo de aviso de férias (30 dias antes do respectivo gozo);

IX) Recibo de pagamento atestando o recebimento de salários mensais e adicionais, férias, abono pecuniário e 13º Salário (1ª e 2ª parcelas), quando da época própria, além de salário-família, caso devido, assinado pelo empregado, ou, conforme o artigo 464 da CLT, acompanhado de comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador;

X) Comprovantes de fornecimento de vale transporte, quando for o caso;

XI) Comprovantes de recolhimento de contribuição sindical e outras devidas aos sindicatos, se for o caso, na época própria;

XII) Comprovante de entrega da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e de que o trabalhador dela fez parte, quando for o caso.

C.P.L.
Fls. 159
NULO

XIII) Documento que ateste o recebimento de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletiva, se o serviço assim o exigir;

XIV) Documento que comprove a concessão de aviso prévio trabalhado ou indenizado, seja qual for a modalidade de encerramento de vínculo empregatício;

XV) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do Requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o respectivo benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo); e

XVI) Cópia de Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção de contrato por prazo determinado.

12.21 Não permitir a utilização do trabalho de menor de idade.

12.22 Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados.

12.23 Na execução dos serviços, o combustível, os condutores do veículo e os monitores serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

12.24 Encaminhar, mensalmente, os comprovantes de pagamento das verbas trabalhistas dos empregados da empresa e os demais documentos nas condições estabelecidas no item 5.6.

12.25 Autorizar a CONTRATANTE a proceder com desconto na fatura e realizar o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.26 Desde que não contrarie as normas intersindicais, poderá ser prevista compensação de horas não trabalhadas em feriados públicos não coincidentes com os da iniciativa privada, podendo ser trabalhado como horas suplementares em dias úteis ou aos sábados.

12.27 Controlar as compensações através de banco de horas em observância às normas trabalhistas.

12.28 Cumprir fielmente os acordos coletivos, bem como as obrigações trabalhistas correspondentes.

12.29 Apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos dos condutores dos veículos que, para a execução dos serviços, deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação na categoria D, além de certificado que comprove sua aprovação em curso especializado na condução de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN/TO, e deverão cumprir todas as exigências do Código Nacional de Trânsito, principalmente nas que exigem os artigos nº 138 e 139, bem como, apresentar os demais documentos descritos no Termo de Referência.

12.30 A CONTRATADA garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe, responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos

C.P.L.
Fls. 176
ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
198
NULO

contestável resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da CONTRATANTE.

12.31 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, que deverá arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a terceiros ou à CONTRATANTE.

12.32 Na hipótese de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de um modo geral, roubos, furtos, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos ao veículo locado, ou a terceiros, por culpa ou não da CONTRATADA, ou de seus prepostos, esta providenciará a devida comunicação para elaboração do B.O. – Boletim de Ocorrência, quando for o caso, bem como a remoção, despesa com guinchos, franquias do seguro, se for o caso, e outras despesas relativas aos veículos envolvidos no evento danoso.

12.33 Além do disposto no item anterior, em caso de acidentes, a CONTRATADA deverá tomar todas as medidas legais cabíveis, inclusive, providenciando socorro imediato ao(s) acidentado(s) e à desobstrução da pista de rolamento, Prpcurar socorro através do acionamento das Polícias Rodoviária Estadual ou Federal e Corpo de Bombeiros, bem como comunicar sobre o ocorrido à Diretoria de Transporte da CONTRATANTE e à Unidade Escolar de destino ou origem dos alunos.

12.34 Promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos sofridos, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso.

12.35 A CONTRATADA manterá a CONTRATANTE livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

12.36 Responsabilizar-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito, ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço da CONTRATANTE.

12.37 Exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

12.38 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela disciplina dos seus empregados durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção do respeito e cortesia no relacionamento entre colegas e passageiros.

12.39 Substituir o motorista no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, caso haja solicitação da CONTRATANTE.

12.40 A CONTRATADA deverá substituir o monitor de alunos que tiver mal comportamento no desempenho de suas funções.

12.41 Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e das peças desgastadas, disponibilizando, se necessário, o plano de manutenção do veículo à Diretoria de Transporte, para eventuais fiscalização ou auditoria.

199
Fls.

12.42 A CONTRATADA será responsável por toda e qualquer manutenção preventiva ou corretiva do veículo, sempre que necessário, estando inclusos nos serviços de manutenção, mas não se limitam a:

I) Toda e qualquer mão-de-obra utilizada na execução dos serviços;
II) Limpeza interna e externa do veículo;
III) Lubrificação dos principais grupos mecânicos;
IV) Controle dos principais reguladores;
V) Verificação do funcionamento geral do veículo;
VI) Verificação das partes elétrica, eletrônica e mecânica;
VII) Reposição de peças.

12.43 Os veículos deverão estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, comprovado por meio de laudo de vistoria veicular, realizado por equipe técnica da CONTRATANTE, a qual poderá solicitar, junto à CONTRATADA, correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas durante apresentação do veículo, ou até mesmo, a depender do caso, substituí-lo de forma imediata à solicitação da CONTRATANTE.

12.44 Manter, à sua disposição, veículos reservas em perfeito estado de conservação e características compatíveis com os veículos que serão substituídos, ou seja, que atendam aos requisitos mínimos exigidos neste Contrato e no Termo de Referência, para utilização sempre que for necessário.

12.45 Em caso de substituição do veículo, qualquer que seja a motivação, a CONTRATADA obriga-se a informar e remeter à CONTRATANTE todos os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado no transporte escolar.

12.46 Todas as despesas, taxas, impostos dos veículos, dos motoristas e monitores são de responsabilidade da CONTRATADA.

12.47 Entregar as respectivas notas fiscais imediatamente ao encerramento do mês de prestação dos serviços (prazo máximo: três dias úteis), compreendendo os trabalhos prestados entre primeiro e último dia de cada mês na sede da Secretaria, acompanhado da documentação pertinente.

12.48 Apresentar relatório mensal por veículo e por rota, ilustrando a idade da frota efetivamente utilizada na prestação dos serviços.

12.49 Eventual atraso na entrega das notas fiscais ou do relatório acima referenciado, poderá acarretar encargos moratórios relativos à contribuição previdenciária. Nesta hipótese, o ônus deverá ser suportado pela CONTRATADA.

12.50 Executar os serviços conforme especificações deste Contrato, com a disponibilização do corpo funcional necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais. O

inadimplemento resultará na aplicação das sanções cabíveis, podendo ocorrer em rescisão contratual.

12.51. No ato da contratação, a CONTRATADA deverá estar devidamente regularizada em todas as questões tributárias e jurídicas (CND: Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Débitos Trabalhista).

12.52. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato e no Termo de Referência, bem como apresentar a cada fatura/planilhas, comprovação de regularidade fiscal. (Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/21)

12.53. Após a formalização do contrato deve a CONTRATADA instalar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, escritório na cidade de Araguaína devidamente estruturado, para atender as demandas da CONTRATANTE, de maneira a cumprir as obrigações constantes neste Contrato. Tal obrigação é justificada pelas peculiaridades do contrato, que exige contato direto com o corpo administrativo da empresa e as informações imediatas com relação aos documentos vinculados a contratação.

12.54. Não poderá haver falhas na prestação do serviço, pois este é contínuo e essencial e a falha acarreta prejuízos para a administração. O inadimplemento resultará na aplicação das sanções cabíveis, podendo gerar rescisão contratual.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá a Diretoria de Transporte da CONTRATANTE a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas percorridas, aferindo o total de quilômetros percorridos.

13.2. Todos os veículos passarão por vistorias pela Diretoria de Transporte da CONTRATANTE, no início do ano letivo ou quando houver necessidade. Nesses casos, a Diretoria de Transporte emitirá Laudo/parecer sobre as condições para tráfego, visando a correção de irregularidades e/ou substituição imediata do veículo, conforme o caso.

13.3. Proporcionar para a CONTRATADA todas as condições para a execução dos serviços contratados.

13.4. Efetuar o pagamento das Notas Fiscais referentes a execução dos serviços contratados, nos termos e condições estabelecidas.

13.5. Fiscalizar a execução dos serviços contratados.

13.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e comunicar por escrito e tempestivamente sobre qualquer alteração ou irregularidade no fornecimento dos serviços e ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

13.7. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato.

concedendo-lhe prazo para que a regularize, sob pena de aplicação de sanções legais e contratuais previstas.

13.8 A CONTRATANTE se reserva no direito de realizar ela própria ou com a ajuda de terceiros, Auditoria e Fiscalização dos serviços da CONTRATADA, de modo a verificar se as condições exigidas estão sendo cumpridas pela CONTRATADA, bem como realizar Pesquisa de satisfação quanto ao atendimento prestado por ela.

13.9 Assistirá à CONTRATANTE o direito de rejeitar qualquer empregado da CONTRATADA e solicitar sua substituição, caso não apresente comportamento condizente com suas funções e com as normas estabelecidas, obrigando-se este a respeitar e acatar as decisões tomadas pela CONTRATANTE.

13.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos disponibilizados para o serviço, caso estes afastem-se das especificações do contrato, deste Contrato e seus Anexos e da Proposta da CONTRATADA.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

15.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme artigo 89, inciso VII, § 1º do decreto Municipal nº 258/2024.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONDIÇÕES, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1 São requisitos para o profissional motorista:

I) Idade superior a 21 (vinte e um anos);

II) Ter carteira nacional de Habilitação de categoria tipo "D";

III) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

IV) Ser aprovado em curso especializado de transporte escolar, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

16.2 O motorista deverá:

NULO
183

I) Responsabilizar-se pela condução do veículo, transportando os escolares até o final do itinerário;

II) Trajar-se adequadamente;

III) Tratar a todos com urbanidade e respeito;

IV) Fazer embarque e desembarque em locais adequados e seguros;

V) Manter o veículo em condições de higiene, conforto e segurança;

VI) Verificar e assegurar que todos estejam utilizando o cinto de segurança e que as portas estejam devidamente fechadas;

VII) Efetuar, sempre que necessário, a solicitação de ações de manutenções preventivas e corretivas do veículo, além de manter controle destas ações;

VIII) Relatar toda e qualquer irregularidade observada na execução dos serviços;

IX) Executar demais serviços correlatos com atribuições.

16.3 O monitor deverá:

I) Trajar-se adequadamente;

II) Orientar e conduzindo adequadamente o embarque dos alunos, bem como acompanhar no desembarque do veículo até a entrada na unidade de ensino;

III) Tratar com urbanidade os escolares e o público;

IV) Manter as janelas localizadas junto aos assentos dos escolares abertas, quando necessário, de maneira a evitar riscos de acidentes;

V) Orientar e coibindo os escolares quanto a comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;

VI) Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos estolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros.

16.4 Na execução dos serviços é terminantemente proibido ao motorista:

I) Fumar, usar bebidas alcoólicas ou outro tipo de substância química que comprometa o estado de lucidez;

II) Ausentar-se do veículo, salvo por atos urgentes;

III) Abastecer ou fazer manutenção com os escolares dentro do veículo;

IV) Conduzir com excesso de lotação e qualquer tipo de passageiros em pé no interior do veículo;

V) Conduzir com excesso de velocidade e/ou sem a plena observância das regras de trânsito;

VI) Portar ou manter no veículo arma branca ou de fogo;

VII) Manter portas abertas quando o veículo estiver em movimento;

VIII) Permitir o transporte de escolares em pé ou em locais inadequados;

IX) Transportar objetos que dificultem a acomodação dos estudantes.

NULO

16.5 Na execução dos serviços é terminantemente proibido ao monitor:

I) Fumar, usar bebidas alcoólicas ou outro tipo de substância química que comprometa o estado de lucidez;

II) Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e pôr em risco a ocorrência de acidentes;

III) Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento;

IV) Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou em quantidade superior ao número de assentos;

V) Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie.

17. CLAUSUSA DECIMA SETIMA - DO PREPOSTO

17.1 A CONTRATADA manterá preposto, que deverá ser aceito pela CONTRATANTE, durante todo o período de vigência do contrato, a fim de representá-lo administrativamente sempre que for necessário.

17.1.1 Em caso de alteração do Preposto indicado, deverá a CONTRATADA informar formalmente para a CONTRATANTE.

17.2 A indicação do preposto se dará mediante declaração, onde constará o seu nome completo, o número do CPF e do documento de identidade, bem como os dados relacionados à sua qualificação profissional.

17.3 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas/planilhas dos serviços prestados.

17.4 O preposto da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços a serem contratados, sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto à CONTRATANTE, mantendo, sempre, alinhamento operacional, de maneira que os contratempos não interfiram na realização final da prestação de serviço.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em outros documentos que o complementam, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, sem prejuízo das penalidades e multas previstas no edital do processo licitatório, bem como de outras penalidades cabíveis.

18.2 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que a CONTRATADA receber a notificação.

18.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos dos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/21, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, a serem aplicadas pela autoridade competente, garantida prévia defesa e contraditório:

II) Advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III) Multa Moratória, aplicada caso ocorra atraso injustificado na execução do contrato, sujeitara a contratada a multa de mora;

III) Multa compensatória de 2% (dois porcento), sobre o valor do contrato, em conformidade ao previsto no art. 156, § 3º, da Lei 14.133/2021;

a) Impedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências: ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de 12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) execução do contrato;

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar, pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar, pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar, pelo período de 60 (sessenta) meses;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pena: declaração de idoneidade para licitar e contratar, pelo período de 60 (sessenta) meses.

18.4 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente à sanção de multa.

18.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

NULO
186

210
Fls.

C.P.L.
Fls. 184

18.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro por meio Guia de Recolhimento da União – GRU, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

18.8 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

18.9 É admitida a reabilitação CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

I) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II) pagamento da multa;

III) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no art. 163 da Lei 14.133/2021.

19.10 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

19.11 As penalidades aplicadas serão cadastradas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da aplicação, no Portal da Transparência do CONTRATANTE, no SICAF Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

19.12 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.13 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

19.14 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas no contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

19.15 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos CONTRATANTES de controle.

19.16 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

19.17 A aplicação da multa não obsta à apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

19.18 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1 O contrato poderá ser alterado, unilateralmente, pela Administração, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

19.2 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19.3 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

19.4 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

19.5 A resposta para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será dada à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, contado da protocolização.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Fica nomeado como Gestor do presente instrumento contratual **THIAGO LIMA COELHO FRANCISCO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 53647, e como suplente **AFONSO JALES MARTINS DUARTE**, matrícula nº 59559.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

C.P.L. NULO
Fls. 150

20.1 - O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização, quando:

I) - Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;

II) - Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

20.2 - O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, quando atendidas as conveniências do Município e o interesse público, bem como a disponibilidade de recursos financeiros, tendo a CONTRATADA o direito a receber da CONTRATANTE os valores que tem direito.

20.3 - A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, no caso de não cumprimento do contrato a contendo, transferi-lo a terceiros ou a executá-lo diretamente, sem que à CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

21 CLAUSULA VIGESIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

21.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido a prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

21.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

22 CLAUSULA VIGESIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

17.1 Caberá à CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos na imprensa oficial e no prazo legal, conforme estabelece o art. 175, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/21.

23 CLAUSULA VIGESIMA QUARTA - DO FORO

23.1 - É competente o foro da Comarca de Araguaína/TO para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

23.2 - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
FLS 1 NULO

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

24.2 A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair, com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

24.3 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser encaminhados diretamente ao gestor do contrato pelo e-mail: [inserir e-mail da unidade gestora].

24.4 Alterações nos e-mails apresentados no item anterior serão comunicadas, por escrito, pelo gestor, não acarretando a necessidade de alteração contratual.

24.5 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

24.6 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

I) a compatibilidade com a finalidade especificada;

II) o interesse público;

III) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

24.7 E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Araguaína/TO, 27 de maio de 2024

C.P.L.
FLS 188

NULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
CNPJ nº 17.387.148/0001-23
representada por
ELIZANGELA SILVA DE SOUSA MOURA
CONTRATANTE

Ana Claudia Martins de Oliveira
Secretária Executiva
Portaria 027/2021

214

FOLHA 210

Rubrica

EMPRESA

ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTADORES ESCOLARES DE ARAGUAÍNA-TO-ATEA-TO
representada pelo seu presidente
CARLOS MAGNO PORTELA RIBEIRO
CNPJ nº 34.473.696/0001-95
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Raul da Conceição Alves da Silva
Nome:
CPF: 052.297.321-30

Ivan Henderson dos Santos Silva
Nome:
CPF: 059.992.701-37

ESTADO DO TOCANTINS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIUM - **TO**

ESTIMADO

UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		ASSUNTO: LOCAÇÃO DE VEICULOS COM MOTORISTA PARA TRANSPORTE ESCOLAR DO ANO DE 2024						DATA: 21.08.2024
ITEM	**UNID.**	**QUANT. DE KM ESTIMADO**	**ESPECIFICAÇÃO**	**FONTE 1**	**FONTE 2**	**FONTE 3**	**VALOR DO KM RODADO R$**	**VALOR TOTAL ESTIMADO R$**
01	SERV.	55.752 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Onibus/microonibus, com lotação mínima de 44(quarenta e quatro) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • ROTA 01 – PROJETO DE ASSENTAMENTO MACAUBA A ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ PINTO 276 KM DIA IDA E VOLTA	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$315,556,32

C.P.L.
Fls. 189

02		64.236 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Onibus/microonibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • ROTA 02 – PROJETO DE ASENTAMENTO BARRANCO DO MUNDO A ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO 318 KM DIA IDA E VOLTA	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$363.575,76
03	SERV.	54.136 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Onibus/microonibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco	R$4,40	R$4,90	R$6,50	R$5,26	R$284.755,36

C.P.L.
Fls. 190

			e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • ROTA 03 – GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MOURÃO – PROJETO DE ASSENTAMENTO PERICATÚ PROJETO 268 KM DIA IDA E VOLTA					
04	SERV.	52.116 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 44(quarenta e quatro) passageiros. • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • ROTA 04 – GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$294.976,56

C.P.L.
Fls. 191

			SEBASTIÃO MOURÃO – PROJETO DE ASSENTAMENTO PERICATÚ PROJETO 258 KM DIA IDA E VOLTA					
05	SERV.	55.348 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 05 - FAZENDA TERRA BRAVIA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA 274 KM DIA IDA E VOLTA	R$4,40	R$4,90	R$6,50	R$5,26	R$291.130,48
06	SERV.	50.096 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de	R$4,40	R$4,90	R$6,50	R$5,26	R$263.504,96

C.P.L.
Fls. 192

			26(vinte e seis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. . ROTA 06 – FAZENDA BOA FORTUNA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA 248 KM DIA IDA E VOLTA					
07	SERV.	48.076 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$272.110,16

C.P.L.
Fls. 193

			normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 07 –ASSENTAMENTO TOLEDO A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA 238 KM DIA IDA E VOLTA					
08	SERV.	47.874 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 26(vinte e seis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. ROTA 08 – FAZENDA SANTANA A ESCOLA MUNICIPAL JOÃO TEIXEIRA FILHO - POVOADO CAFÉ DA ROÇA - 237 KM DIA IDA E VOLTA	R$4,40	R$4,90	R$6,50	R$5,26	R$251.817,24
09	SERV.	69.892 KM	Locação de veículos novos/usados, com	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$395.588,72

C.P.L.
Fls. 194

			motorista, tipo Ônibus/micro-ônibus, com lotação mínima de 44(quarenta e quatro) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível diesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. Motorista apto ao exercício da função. ROTA 09 – PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTA A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES 346 KM DIA IDA E VOLTA					
10	SERV	79.184 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda,	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$448.181,44

C.P.L.
Fls. 195

			macaco e triângulo direção hidráulica, combustíveldiesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • ROTA 10 – MORRO PRETO A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES 392 KM DIA IDA E VOLTA (17 ALUNOS)					
11	SERV	41.208 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustíveldiesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • ROTA 11 – FAZENDA	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$233.237,28

C.P.L.
Fls. 196

			MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIRA MORAES 204 KM DIA IDA E VOLTA					
12	SERV	48.800 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustíveldiesel. • Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • ROTA 12 – FAZENDA GROTÃO A ESCOLA MUNICIPAL DONA LINDAURA OLIVEIR MORAES 244 KM DIA IDA E VOLTA	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$276,208,00

C.P.L.
Fls. 157

13	SERV	35.148 KM	Locação de veículos novos/usados, com motorista, tipo micro-ônibus/ VAN, com lotação mínima de 16(dezesseis) passageiros • Acessórios obrigatórios: cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo direção hidráulica, combustível • diesel. Que atenda todas exigências da normatização do transporte escolar e a legislação nacional de trânsito. • ROTA 13 – PROJETO DE ASSENTAMENTO BARRANCO DO MUNDO A ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO 174 KM DIA IDA E VOLTA	R$5,00	R$5,50	R$6,50	R$5,66	R$198.937,68

R$ 3.297.815,64 (TRES MILHÕES DUZENTOS E NOVENTA E SETE MIL OITOCENTOS E QUINZE REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS)

FONTE 1	**NOVA ROTA TRANSPORTES LTDA**	**CNPJ: 46.223.693/0001-20**
FONTE 2	**INGRID MOTA DE SOUSA**	**CNPJ: 27.617.284/0001-16**
FONTE 3	**ATA REGISTRO DE PREÇOS DO MUNICIPIO DE SILVANOPOLIS -TO**	**CNPJ: 27.343.729/0001-17**

C.P.L. Fls. 198

ESTADO DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIUM - **TO**

GOVERNO DE PIUM
O despertar de um Tempo Novo
ADM.: 2017/2020

Zulene Maria Pereira da Silva

ZULENE MARIA PEREIRA DA SILVA
RESPONSAVEL TRANSPORTE ESCOLAR

C.P.L.
Fls. 199